

Acção **Socialista**

Nº 1255 - 9 Dezembro 2005

Director: Jorge Seguro Sanches Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



PRESIDENCIAIS 2006

CONCÓRDIA E PROXIMIDADE



GOVERNO

Plano Tecnológico aprovado e apresentado 7 > 9

CIÊNCIA E ENSINO SUPERIOR

Gago altera modelo de financiamento 14

CONGRESSO PS/AÇORES

Carlos César reeleito presidente 5

SUPLEMENTO



Soares Presidente

JANTAR-COMÍCIO

Centro de Congressos de Lisboa [antiga FIL] > 15 Dezembro > 20:00h

www.mariosoares.net



SOARES ACREDITA EM PORTUGAL

A um mês das eleições presidenciais, os tão esperados debates televisivos já realizados entre os candidatos à cadeira de Belém têm constituído uma franca desilusão. As razões para esta conclusão respeitam, por um lado, ao soporífero modelo escolhido, e por outro, ao tacticismo dos candidatos que contrariam a vivacidade do confronto que todos esperávamos, em benefício da manutenção dos resultados das sondagens.

Quem, como eu, assistiu ao debate Alegre/Cavaco ficou com a triste impressão que verdadeiramente pouco distinguia as duas candidaturas. Foi assim como que uma espécie de “faz favor, com licença” entre os dois, numa evidente tentativa de segurarem os respectivos eleitorados, sem que um rasgo, ou uma picardia que fosse, trouxesse o sal que marcasse a diferença, a qual, aliás, foi sempre cerimoniosa, ao estilo de “permitia-me só acrescentar um ponto”. Totalmente desinteressante, portanto. Se havia gente com dúvidas, não foi este confronto o marco para uma escolha decisiva.

Relativamente ao debate Soares/Jerónimo, também a impressão com que se fica é a de que verdadeiramente não houve nada de novo. A visão sobre o país e o mundo de ambos é amplamente conhecida de todos, e nesse sentido não houve nada a assinalar. Em boa verdade, a diferença relativamente ao primeiro dos debates residiu no facto dos contendores terem ficado quase frente-a-frente e de terem trocado palavras entre eles sem a intermediação dos jornalistas.

No meu ponto de vista, o debate que verdadeiramente conta para este campeonato é o de dia 20 de Dezembro que oporá Mário Soares a Cavaco Silva. Interessante, também, será seguir o confronto Soares/Alegre, mas esse releva, para nós socialistas, mais de um sentir de

alma do que de uma perspectiva estritamente política. O facto de haver dois candidatos que militam no nosso partido, um apoiado pelo PS, e outro que se reclama da sociedade civil, não nos deixa indiferentes. Com todo o respeito que me merece Manuel Alegre, creio sinceramente que depois de tanto ter tergiversado quanto à sua decisão e após tantas hesitações, deveria ter optado, como a certa altura deu a entender, que o melhor para os socialistas e para a esquerda era não se apresentar às presidenciais quando o partido já havia escolhido outro candidato. Porém, não foi este o seu entendimento. E agora, mais do que especular, o importante é a unidade do PS que não pode ser posta em causa sob pena de estarmos a fazer um grande mal ao país, uma vez que no Governo os socialistas estão a dar bem conta do recado e a operar uma verdadeira reforma do sistema a todos os níveis e sectores.

Mas dizia que dia 20 é a prova dos nove. Tanto mais que esse será também o dia em que o primeiro-ministro, José Sócrates, estará no Parlamento para mais um debate mensal, do qual se espera, à semelhança dos anteriores, que saia vencedor perante uma oposição curta de ideias, débil na liderança e tolhida pelo dinamismo demonstrado em todas as áreas da governação.

À noite, na televisão, teremos oportunidade de assistir ao duelo entre a economia e a política, o humanismo e a tecnocracia, a sagacidade e o cinzento. É aqui, neste registo, que reside a escolha que os portugueses vão ter que fazer. Do alto dos seus vigorosos 81 anos, Mário Soares tem um capital de experiência acumulada que não pode ser perdido em favor do mito sebastiânico de que se alimenta a candidatura da direita. Soares, estou certo, vai voltar a surpreender e cativar os portugueses para o desafio maior de tornar a acreditar em Portugal.



**SILVINO GOMES
DA SILVA**

PRESIDENCIAIS 2006

TRÊS MIL APOIANTES NO PRIMEIRO JANTAR-COMÍCIO DE SOARES

O primeiro jantar-comício da candidatura de Mário Soares à presidência da República, onde será apresentada a Comissão de Honra Distrital do ex-chefe de Estado, decorrerá na antiga Feira Industrial de Lisboa (FIL), na Junqueira, no próximo dia 15 de Dezembro.

No evento, que terá início pelas 20 horas e deverá juntar cerca de três mil apoiantes, usarão da palavra a mandatária distrital da candidatura de Soares, Maria João Seixas, e o próprio candidato presidencial.

Na antiga FIL são esperadas muitas personalidades independentes que apoiam Soares, mas também figuras do Partido Socialista bem como do actual Executivo.

O secretário-geral, José Sócrates, não poderá comparecer ao megajantar-comício pelo facto de, no referido dia, se encontrar em Bruxelas na qualidade de primeiro-ministro a participar na cimeira de chefes de Estado e de Governo da União Europeia, um encontro que visa alcançar um acordo em torno das perspectivas financeiras (2007/2013).

Destaque-se que, até ao início da campanha oficial (8 de Janeiro), Mário Soares deslocar-se-á a quase todos os concelhos do distrito de Lisboa, excepções feitas a Azambuja, Mafra, Cascais e Oeiras (neste último, estará a mulher do candidato, Maria de Jesus Barroso).

Antes do comício na antiga FIL, o candidato presidencial fará uma visita ao concelho da Amadora, designadamente a uma instituição vocacionada para receber crianças deficientes e a um dos bairros mais problemáticos do concelho do ponto de vista social.

M.R.



OE 2006

DETERMINAÇÃO E RIGOR NA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO



A aprovação do Orçamento para 2006 "torna mais forte a já firme determinação do Governo em prosseguir com rigor na execução orçamental e na redução do peso do Estado na economia", bem como continuar com "o combate à fraude e evasão fiscais e à pobreza e exclusão social", afirmou no passado dia 30 o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos.

Falando na sessão de enceramento do debate na especialidade da proposta do Governo de Orçamento do Estado (OE) para 2006, na Assembleia da República, Teixeira dos Santos sublinhou que, "pela primeira vez em vários anos, a política orçamental deste Governo coloca claramente as suas prioridades no lado da efectiva redução da despesa".

Para o ministro das Finanças, "seria insustentável, demagógico e irresponsável pensar-se em baixar impostos sem antes reduzir, de forma duradoura, o peso da despesa pública na economia", já que, explicou, "é o nível da despesa que acaba por determinar o nível de fiscalidade".

Por outro lado, sustentou que face às "tendências demográficas verificadas em Portugal", tornou-se "inadiável promover políticas sociais que sejam sustentáveis no médio e longo prazo".

E exemplificou com os casos das novas regras de aposentação para a função

pública, da eliminação de muitos regimes especiais, da anunciada revisão do subsídio de desemprego, da implementação da nova fórmula de cálculo das pensões e dos desincentivos à aposentação prematura.

Teixeira dos Santos considerou ainda "imprescindíveis" medidas para "emagrecer a dimensão da administração", através da redução do número de efectivos e da descida dos custos de funcionamento.

E adiantou que "vai igualmente ser disciplinada a administração descentralizada de nível regional, conformando-

a às cinco regiões plano" e também "diminuir a dispersão dos serviços locais, pela solução do balcão único e por via de soluções de administração electrónica".

Mas, frisou o ministro, "reduzir a dimensão do Estado, de uma forma responsável, não é possível sem valorizar os recursos humanos e alterar o modelo de gestão", ressaltando que "a racionalização do Estado não se fará contra os funcionários".

Na sua intervenção, Teixeira dos Santos salientou que "é a aposta inequívoca no combate ao aumento da despesa, a par

do bom comportamento das receitas, que permite, num só ano, baixar o valor do défice em 1,4 por cento", algo que disse não ser conseguido "há mais de dez anos".

Contradições e inconsistências da oposição

Segundo o ministro, a discussão em torno do Orçamento trouxe também à luz do dia "as hesitações, as contradições e as inconsistências das bancadas da oposição".

É que, disse, "uns continuam a clamar

por mais despesa, defendendo uma visão de que o Estado deve ser uma entidade omnipresente", salientando, a propósito, que se as propostas de alteração ao OE para 2006 apresentadas pelo PCP, Os Verdes e Bloco de Esquerda fossem aprovadas, "levariam a um aumento da despesa em mais de 1,1 mil milhões de euros, uma situação francamente incomportável".

Quanto às bancadas da direita, que revelaram "grandes contradições" e "uma postura demagógica" nas várias apreciações e críticas apresentadas, Teixeira dos Santos lembrou que este Executivo recebeu como herança do Governo PSD/CDS-PP um défice de 6,8 por cento de défice.

"Andaram a iludir-nos, em boa verdade a enganar os portugueses, dizendo que o défice estava abaixo dos 3 por cento. A verdade, como diz o povo, vem ao de cima, e a verdade era um défice de 6,8 por cento do PIB", disse, acrescentando que "se há alguém verdadeiramente responsável pela subida dos impostos, esse alguém são aqueles que originaram tão grande défice".

E lembrou que os deputados do PSD "louvaram a orientação adoptada na proposta de Orçamento, tiveram comentários até elogiosos e acabaram por dar o dito por não dito".

J. C. CASTELO BRANCO

SOCIALISTAS VIABILIZARAM PROPOSTAS DA OPOSIÇÃO

O PS aceitou introduzir três alterações de âmbito fiscal apresentadas pelo PCP à proposta de Orçamento do Estado para 2006.

Uma das propostas aprovadas, durante a votação em plenário na especialidade, prevê uma redução da base de incidência de IRS no regime simplificado.

O PS votou ainda favoravelmente a redução do rendimento mínimo tributável para os mesmos 2620 euros em sede de IRC, quando até agora era de 3125 euros, e também no regime simplificado.

Outra proposta dos comunistas aprovada pela maioria prevê a reposição de um benefício fiscal de mil euros para os proprietários de veículos com mais de dez anos que entreguem o automóvel para abate e comprem um novo.

Trata-se de uma proposta que foi criada por José Sócrates quando era ministro do Ambiente no Governo de António Guterres.

O objectivo é renovar o parque automóvel, reduzindo a emissão de gases poluentes e aumentando a segurança, o que vem repor uma medida eliminada pelo Governo PSD/PP.

OE 2006

APOSTA NA POLÍTICA EXTERNA CULTURAL

Só com a modernização dos serviços, designadamente com o recurso sistemático aos novos sistemas de informação e comunicação é possível tornar mais eficaz o apoio aos portugueses.

O orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros reflecte as grandes opções da política externa portuguesa, aprofundando a vertente europeia, dinamizando as comunidades dos países de língua portuguesa, a política de cooperação, apoiando e reforçando a ligação às comunidades portuguesas espalhadas por vários continentes, apostando na valorização da língua portuguesa e em geral na política cultural externa.



VERA JARDIM

O orçamento acompanha naturalmente o esforço de contenção da despesa pública, sobretudo na área da despesa corrente, aposta na reestruturação dos serviços externos respondendo, por um lado, às necessidades colocadas pela adesão dos novos países à União Europeia, com abertura de embaixadas em muitos locais onde não existia representação de Portugal, e, por outro lado, anunciando uma revisão do mapa consular que corresponda à realidade das comunidades Portuguesas no exterior.

Só com a modernização dos serviços, designadamente com o recurso sistemático aos novos sistemas de informação e comunicação é possível tornar mais eficaz o apoio aos portugueses.

Uma aposta séria na presença cultural portuguesa com reforço dos leitorados (mais 68 leitorados e cinco cátedras), com mais meios atribuídos ao Instituto Camões, mais centros culturais no exterior, é uma das vertentes mais relevantes do orçamento.

O impulso que se pretende dar ao ensino é também visível nos novos métodos de ensino à distância já em fase de lançamento.

A cooperação, em especial com os PALOP e Timor-Leste é também uma vertente tradicional da política externa portuguesa, mas a necessitar urgentemente de relançamento e novos enfoques, em especial numa efectiva coordenação e direcção política das múltiplas actividades levadas a cabo por diversos departamentos do Estado (que atingirão no seu conjunto em 2006, verba superior a 270 milhões de euros).

A cooperação terá um reforço substancial, sobretudo do IPAD, para fazer face a investimentos em construções escolares, centros profissionais e em acções de capacitação técnica de muitos agentes públicos locais, sobretudo na área da construção do Estado de Direito.

É, pois, um orçamento, que respondendo às necessidades da política externa portuguesa, aposta em áreas bem definidas e vitais para a afirmação de Portugal no mundo, valorização das comunidades portuguesas e activa participação nos grandes centros de decisão mundiais e regionais, com natural incidência no processo da construção europeia e no reforço do relançamento com os países de língua oficial portuguesa.

ALBERTO MARTINS AFIRMA

DEBATE SOBRE ORÇAMENTO EVIDENCIA DETERMINAÇÃO E CREDIBILIDADE DO GOVERNO

A Assembleia da República aprovou, em votação final global, a proposta governamental de Orçamento de Estado (OE) para 2006, numa sessão que ficou marcada pelo inegável falhanço da bancada do PSD na sua tentativa recorrente de desvirtuar a estratégia política de rigor subjacente a este importante instrumento de gestão financeira nacional.

No discurso que proferiu a 30 de Novembro, no Parlamento, o líder da bancada socialista afirmou que o debate do OE mostrou duas coisas: "Um Governo credível, reformista, prosseguindo objectivos corajosos e determinados, e uma oposição vazia de ideias com um líder de oposição frágil, inconsistente e inconsequente".

Ao defender que a proposta do Executivo consubstancia uma visão de futuro e de esperança, Alberto Martins assegurou que o Orçamento aprovado é também aquele "que faz com coragem e clareza o que o país precisa".

"Em lugar de arriscar, previne. Em vez de produzir rupturas no tecido social, oferece um conjunto articulado de respostas com vista a garantir um Estado Social moderno, reformista e responsável", afirmou, para depois acrescentar que "a única ruptura que este documento introduz é com o passado lastimável".

"Este Orçamento será um poderoso catalisador, mobilizando as energias colectivas, da sociedade civil e dos empresários, chamando os portugueses para a acção empreendedora. Este Orçamento ajuda a tornar presente um desejo e uma visão de futuro", afirmou convicto, destacando de seguida dois projectos que especialmente dão corpo a uma visão de futuro do Executivo: o novo aeroporto internacional na Ota e o Plano Tecnológico.

Após sublinhar que o maior partido de oposição e o seu líder têm uma péssima relação com as contas públicas, o presidente do GP/PS afirmou que o debate sobre o Orçamento correu mal a



Marques Mendes, afirmando que este sofreu dois reveses.

"O primeiro, resultou da sua estratégia ziguezagueante que passou, inicialmente, por reconhecer que o orçamento era globalmente positivo, para, três semanas depois, sendo o orçamento o mesmo, vir afinal contradizer-se, votando contra. Perdeu o debate na generalidade e viu-se subalternizado pelo CDS-PP na liderança da oposição, à direita", disse Alberto Martins, para quem a tudo isto acresce que Marques Mendes foi "inequivocamente desautorizado por um grupo de personalidades do seu partido, entre os quais se contam ex-ministros das Finanças do próprio PSD.

Denunciando que o comportamento do principal partido de oposição pouco teve a ver com o Orçamento em si, mas com objectivos partidários estreitos, que não servem o interesse nacional, o líder da bancada socialista considerou que o

voto contra do PSD era "a única alternativa que lhe restava".

O presidente do Grupo Parlamentar do PS, Alberto Martins, negou ainda que a sua bancada tenha rejeitado sistematicamente as propostas da oposição no debate do OE-2006, sustentando que "em mais de mil votações" realizadas na especialidade, "o PS apenas votou isolado em 33" e que "31 propostas foram aprovadas por unanimidade".

"De ontem para hoje, germinou a ideia de que o Partido Socialista teria imposto a sua vontade de forma unilateral, rejeitando sistematicamente as propostas dos outros partidos. Esta ideia é falsa", afirmou categórico, criticando fortemente o PSD por ter apresentado propostas que, explicou, não se destinavam a ser incluídas no Orçamento de Estado, mas "apenas a marcar uma posição e produzir clivagens entre os grupos parlamentares".

M.R.

RECOMPOSIÇÃO DA DIRECÇÃO DA BANCADA SOCIALISTA

Os deputados Ricardo Rodrigues, Afonso Candal e Helena Terra vão passar a integrar a direcção do Grupo Parlamentar do PS, substituindo três dos 12 vice-presidentes da bancada.

A lista de três nomes proposta pelo líder parlamentar do PS, Alberto Martins, para substituir Guilherme d'Oliveira Martins, Maria de Belém e Cristina Granada, foi votada na passada quarta-feira pelos deputados socialistas.

Ricardo Rodrigues, advogado e eleito deputado pela primeira vez esta

legislatura, é o coordenador do PS na Comissão de Assuntos Constitucionais, Afonso Candal, que integrou a anterior direcção do grupo parlamentar, já foi o rosto do PS no debate do OE para 2006, e Helena Terra, advogada, faz também parte da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e ainda da Comissão de Trabalho e Segurança Social e Comissão Eventual para os Fogos Florestais.

As mudanças na bancada do PS ocorrem devido à saída de Guilherme

d'Oliveira Martins para a presidência do Tribunal de Contas, de Cristina Granada para vereadora da Câmara de Castelo Branco e de Maria de Belém para presidente da Comissão Parlamentar de Saúde.

Os restantes nove vice-presidentes da bancada, que se mantêm em funções, são Marcos Perestrello, Ana Catarina Mendes, António Galamba, Jorge Strecht Ribeiro, José Junqueiro, Manuela de Melo, Manuel Maria Carrilho, Vitalino Canas e Mota Andrade.

Partido Socialista
GRUPO PARLAMENTAR

www.ps.parlamento.pt

CONGRESSO DO PS/AÇORES

QUALIFICAÇÃO É O DESAFIO MAIS IMPORTANTE



O secretário-geral do PS, José Sócrates, reiterou a intenção do Governo de responder aos "três desafios" que se colocam ao país e que passam pela qualificação dos portugueses, redução do défice das contas públicas e luta por maior confiança e investimento.

Ao intervir na sessão de encerramento do XII Congresso do PS/Açores, que reelegeu Carlos César, o líder socialista lembrou que sempre que o nosso partido "foi chamado a governar soube responder às necessidades do país e pôr as finanças em ordem", sublinhando, no entanto, que o "mais importante" dos actuais desafios é a qualificação dos portugueses.

Sócrates destacou, ainda, a medida que classificou de "ambiciosa" do seu Governo para, em quatro anos, "retirar 300 mil idosos da pobreza", defendendo que, "se o Estado quer ser justo, deve tratar de forma diferente situações diferentes". Quanto às eleições presidenciais, afirmou que o PS se "orgulha" da decisão de apoiar Mário Soares, frisando que o candidato sempre esteve do "lado certo da história".

Para o secretário-geral do PS, "Mário Soares nunca se enganou naquilo que foram interesses do país" e demonstrou, ao longo dos anos, que esteve "sempre do lado certo da história".

O líder socialista realçou que a pré-campanha para as eleições presidenciais de Janeiro tem mostrado que Mário Soares está "igual a si próprio", com as mesmas características de um "político lutador e que nunca desiste".

José Sócrates defendeu, ainda, que a eleição do candidato apoiado pelo PS permitirá que a Presidência da República

fique "em boas mãos", pelo que o partido vai apoiar a campanha "com toda a convicção".

Segundo referiu, a pré-campanha de Mário Soares tem sido marcada por "um discurso jovial" sobre Portugal e o mundo, o que "honra a boa tradição do PS". Num discurso em que teceu ainda rasgados elogios à governação socialista de Carlos César na região autónoma, José Sócrates salientou que o líder do PS/Açores é "um dos melhores quadros políticos que o PS tem" no país. "Quando precisei dos Açores, nunca fiquei decepcionado. Sempre encontrei apoio e suporte", disse o dirigente socialista, para quem o partido na região "soube constituir uma classe política e prestigiada".

No seu discurso de encerramento, o líder regional do PS, Carlos César, manifestou o desejo de colaboração entre os governos regional e da República, mas sublinhou que o espírito do Executivo açoriano "é sempre o mesmo".

Ou seja, disse, "nós pensamos que cabe defender, em primeiro lugar, os Açores, depois os Açores e a seguir os Açores" no relacionamento com a República. E sublinhou que o que o Governo da República e José Sócrates "querem de melhor para o país também querem para os Açores", referindo-se às relações entre o Estado e as Regiões Autónomas.

Na sua intervenção, Carlos César referiu ainda que o líder socialista pode contar com o apoio do PS/Açores. "José Sócrates sabe que tem a nossa admiração, a nossa compreensão, a nossa defesa e o nosso apoio, sobretudo pela forma como se mantém, com coragem e sen-

tido de Estado, conduzindo, nesta fase difícil do país, um Governo da República que é forçado, pelo legado deficiente que herdou dos governos do PSD, a tomar medidas que nem sempre, naturalmente, podem suscitar, no seu primeiro impacto, a simpatia de grupos de portugueses".

E sabe também, acrescentou, "que os Açores, salvaguardado o respeito devido, ao quadro jurídico-constitucional e legal das Regiões Autónomas, são solidários com o país no seu todo e que o provam quando reclamam direitos, quer quando assumem partilhar dificuldades". Quanto às presidenciais, o líder do PS/Açores considerou que estas eleições "são muito importantes para a própria estabilidade política e institucional que queremos no nosso país". Por isso, frisou, "os socialistas açorianos apoiam o candidato que mais contribuiu para o relacionamento normal e convivial do Estado para com os seus regimes autónómicos, para a consolidação política e constitucional das autonomias".

E salientou que "se à direita das candidaturas presidenciais se destacam velhas e factuais reservas ao autogoverno, ao centro e à esquerda das candidaturas presidenciais Mário Soares destaca-se pelo apoio de quem conhece a história da autonomia antes, durante e agora, e não só por isso, mas também por isso deve merecer o apoio do PS/Açores e o apoio da maioria dos açorianos".

Carlos César foi reeleito líder do PS/Açores com 126 votos a favor, um contra e uma abstenção, num Congresso que ficou marcado pelos apelos de uma nova candidatura nas eleições regionais de 2008.

MOÇÃO DE CARLOS CÉSAR APROVADA POR UNANIMIDADE

O XII Congresso Regional do PS/Açores aprovou, por unanimidade, a única moção global de orientação política, subscrita pelo líder do partido Carlos César.

O documento "No Centro da Participação Cívica dos Açorianos" recolheu o apoio da totalidade dos delegados presentes na reunião magna dos socialistas açorianos.

Na apresentação da moção global, Carlos César defendeu que o partido deve adoptar um "espírito de proximidade" às pessoas, de modo a continuar a "merecer a confiança dos açorianos" nas eleições regionais de 2008. O PS/Açores deve "apreender melhor a respiração social dos açorianos" e estar "cada vez mais atento, respeitando e colhendo os contributos dos parceiros sociais", acrescentou.

Segundo o líder do PS/Açores e chefe do Governo Regional, "a tranquilidade" que se vive no partido nas ilhas não deve resultar da maioria absoluta parlamentar, mas sim do "cumprimento do dever" nos vários níveis de poder.

"Quando ganhamos eleições não concretizamos objectivos, quando os concretizamos é que efectivamente ganhamos", disse.

Perante os delegados presentes no Teatro Faialense, o camarada Carlos César considerou ainda que se o PS conseguir esta "interacção social", os socialistas estarão, "em qualquer circunstância", em condições para "continuar a merecer a confiança dos açorianos" nas próximas eleições regionais de 2008.

Por outro lado, o líder do PS/Açores defendeu que é preciso aprofundar as políticas na área social. "Não é justo que os ricos não paguem alguma coisa à saída de um hospital, de modo a melhorar a acessibilidade dos que mais precisam", referiu.

Quanto ao relacionamento com a República, Carlos César reafirmou a necessidade de confirmar os avanços conseguidos no relacionamento financeiro com o Estado. "Essa tarefa extraordinariamente exigente" terá de contar com o contributo dos deputados regionais e à Assembleia da República eleitos pelo partido, sublinhou.



ELEIÇÃO DIRECTA DO LÍDER PELOS MILITANTES

O Congresso do PS/Açores aprovou uma proposta apresentada pela Juventude Socialista para a eleição directa do líder regional pelos militantes. Subscrita pela líder da JS/Açores, camarada Nuno Tomé, a moção sectorial aprovada prevê que a Comissão Regional do partido proceda às alterações estatutárias necessárias para permitir eleições directas para o presidente do PS/Açores.

Com este novo método, o Congresso Regional, que se realiza de dois em dois anos, mantém-se como o órgão responsável pela definição da estratégia política do PS/Açores.

A moção sectorial "Eleições Directas: Por um PS mais Mobilizador" foi aprovada por uma larga maioria, com dois votos contra e quatro abstenções.





Pelourinho
da República

LAURENTINO DIAS LANÇA CONGRESSO PARA MUDAR O DESPORTO EM PORTUGAL

«Não se deve criar divisões onde elas não existem»

Cavaco Silva
«CM», 27/11/05

«Todas as palavras para salvar o futuro do país estão ditas, resta executar»

José Sócrates
(na apresentação
do Plano Tecnológico)
SIC, 24/11/05

«Vejo-me obrigado a repor a verdade dos factos (...) A primeira vez que falei com Manuel Alegre sobre as candidaturas presidenciais foi para lhe comunicar a minha decisão de apoiar Mário Soares»

José Sócrates
SIC, 23/11/05

«Cavaco é como um eucalipto: provoca aridez à sua volta»

Miguel Cadilhe
«Visão», 24/11/05

«Professor, não coma!»

Fernando Lima (avisando Cavaco Silva da proximidade de câmaras de TV)

Ibidem

«Quando os senhores estavam no Governo, mal vos falavam no TGV, diziam: 'É já a seguir'»

José Sócrates
(irónico, para Marques Mendes, no debate do Orçamento do Estado)
«24 Horas», 10/11/05

«Falsas, inventadas, contraditórias e delirantes»

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa
(sobre as acusações contra Paulo Pedroso)
«DN», 10/11/05

«(Houve) tentativa de manipulação grosseira de depoimentos»

Idem, ibidem

«Um momento de partida para os novos caminhos do desporto», é como o secretário de Estado, Laurentino Dias, classifica o «Congresso do Desporto», iniciativa que pretende juntar Governo e movimento associativo numa série de debates sobre o futuro do sector em Portugal.

O «Congresso do Desporto – um compromisso para Portugal», promovido pela secretaria de Estado da Juventude e Desporto e organizado pelo Instituto do Desporto de Portugal (IDP), vai realizar-se entre 12 de Dezembro e 19 de Fevereiro, com debates em todos os distritos e nas regiões autónomas, e contará com a participação de especialistas na matéria.

Em cima da mesa vão estar cinco temas: «Uma política de financiamento do sistema desportivo», «Políticas educativas e sociais no desporto», «Equipamentos desportivos e o território», «Desporto, saúde e segurança» e «Reforma do sistema desportivo».

Ao longo de dois meses e uma semana, até 19 de Fevereiro de 2006, a iniciativa vai promover um conjunto de debates com os responsáveis desportivos e movimentos associativos distritais, cujas conclusões conduzirão, em última instância, à proposta da nova Lei de Bases do Sistema Desportivo, que o Governo socialista pretende apresentar à Assembleia da República.

«É um congresso em que pretendemos ouvir todos aqueles que trabalham pelo desporto em Portugal, para que possam



colaborar connosco e dar o seu contributo, ajudando-nos a preparar melhor o futuro do desporto em Portugal», explicou Laurentino Dias, na apresentação da iniciativa.

O secretário de Estado sublinhou que este «é o primeiro grande esforço para congregarmos em volta da mesa e do tema do

desporto a família do movimento associativo português: atletas, jogadores, treinadores e dirigente».

Para Laurentino Dias, «os objectivos primeiros de desenvolvimento da actividade desportiva, generalização da sua prática e harmonia e coerência em todo o sistema só podem ser cumpridos em

parceria com o movimento associativo». O secretário de Estado adiantou ainda que a questão do financiamento vai assumir uma importância especial nos debates. «Vai ter um especial enfoque quais são os fundos públicos que vão para o desporto, a sua aplicação e melhores formas de gestão». **J.C.C.B.**

PRIMEIRAS ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DO TRABALHO APROVADAS NO PARLAMENTO

A Assembleia da República aprovou, no passado dia 7, a proposta de lei que introduz as primeiras alterações ao Código do Trabalho emanadas do acordo tripartido estabelecido em sede de concertação social.

As alterações introduzidas visam evitar a caducidade das convenções colectivas, exigindo a prévia tentativa de resolução de conflitos através dos mecanismos legalmente previstos e admitindo o recurso, em caso de impasse, à arbitragem obrigatória.

Assim, caso as formas previstas de negociação falhem, o ministro do

Trabalho poderá nomear uma comissão composta por representantes das várias partes da concertação social. No entanto, a negociação colectiva mantém-se preferível a qualquer outra solução: a conciliação preferível à arbitragem e a arbitragem voluntária preferível à obrigatória.

A introdução de um papel formal pelo titular da pasta do Trabalho, garantida pelas alterações ao artigo sobre a sobrevivência, é uma das novidades do documento, a par da alteração à presunção do contrato, onde se deixa de fazer a distinção entre contrato de

trabalho propriamente dito e prestação de serviços.

Os prazos para a constituição das listas de árbitros são também reduzidos e alterado o seu número.

No conjunto, as mudanças introduzidas são processuais visando uma agilização efectiva das negociações.

Recorde-se que a proposta tripartida de alteração ao Código do Trabalho foi aprovada pelo Governo de José Sócrates, na reunião de Conselho de Ministros de 22 Julho passado, com o objectivo de promover a contratação colectiva como instrumento preferencial de regulação das

relações laborais, cumprindo com mais uma promessa eleitoral do PS.

Já durante a campanha eleitoral para as legislativas, o Partido Socialista tinha-se comprometido a fazer uma revisão profunda da Lei 35/2004 e, embora esta fosse agendada para 2007, passos significativos serão dados entretanto com a publicação de um Livro Verde e um Livro Branco das Relações Laborais, em Janeiro e Março do próximo ano, de forma a dar conta dos defeitos e virtudes do actual quadro legal em vigor, bem como da sua aplicação.

M.R.

DEFESA

MINISTRO QUER REVER REEQUIPAMENTO MILITAR

O ministro da Defesa, Luís Amado, defendeu que Portugal deverá rever algumas ideias sobre o reequipamento das suas Forças Armadas (FA). Na opinião do ministro, a nova estratégia a seguir neste capítulo terá que perspectivar uma maior e mais operativa acção em relação às novas missões

externas que lhe são destinadas. Luís Amado falava durante uma conferência sobre «Portugal na Europa e no Mundo: 25 anos de Política Externa e de Segurança (1980-2005)», evento organizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.

Não se detendo de forma específica no

tipo de alterações que pretende introduzir, o titular da pasta da Defesa sublinhou, no entanto, que o país «respeitará integralmente todos os acordos já contratualizados», adiantando, contudo, que o Governo irá propor à Assembleia da República que encare novas opções em matéria de

reequipamento das Forças Armadas, em diálogo concertado, como referiu, com todos três ramos militares. Prioridade para o ministro, como sublinhou, será a nova viatura ligeira para o exército, assim como o que designou como o navio polivalente logístico.

R.S.A.

VENCER O ATRASO COM O PLANO TECNOLÓGICO



O Governo aprovou o Plano Tecnológico. Trata-se de uma das mais importantes promessas eleitorais do XVII Governo Constitucional, e cujos contornos foram agora anunciados em sessão pública na antiga FIL, no mesmo dia em que foi aprovado em Conselho de Ministros. Trata-se de um documento estratégico que visa o crescimento económico do país com base no conhecimento, na tecnologia e na inovação.

O Plano Tecnológico é um documento que perspectiva o desenvolvimento científico e tecnológico de Portugal, sustentado na inovação e na qualificação de forma a preparar o país e os portugueses para os desafios que se nos colocam no futuro imediato.

Este plano pretende constituir um instrumento de desenvolvimento económico e de qualificação dos portugueses, como salientou José Sócrates, mobilizando todo o país, as empresas e a Administração Pública, mas também os jovens, as escolas e as instituições do sistema científico e tecnológico, para a promoção de novos factores de crescimento, enquanto suporte de um novo modelo de

desenvolvimento económico. Neste sentido, o Plano Tecnológico, como disse o primeiro-ministro, visa não apenas a concretização de um projecto de acção para levar à prática um conjunto coerente de medidas que apostam na estimulação, criação, difusão, absorção e uso do conhecimento, como aspira ainda a alavancar o necessário desenvolvimento económico, nomeadamente no que respeita à criação de uma dinâmica institucional favorável ao crescimento e ao desempenho competitivo dos agentes económicos sediados no nosso país. O Plano Tecnológico não emerge, com efeito, como um desejo isolado ou como um capricho desgarrado por parte do

actual Governo. Trata-se de um instrumento fundamental para que Portugal e os portugueses possam responder, num período relativamente curto de tempo, aos enormes desafios que nos estão colocados, nomeadamente no que respeita à nossa competitividade económica, desiderato que se coloca não só perante os nossos parceiros comunitários, mas igualmente tendo em vista o quadro geral de uma economia globalizada com que nos defrontamos presentemente. Recorde-se que o Plano Tecnológico sustenta-se e enquadra-se nas linhas gerais aprovadas na Agenda de Lisboa, programa de acção que visa o crescimento, a competitividade e o



emprego da União Europeia para os próximos anos.

Três eixos fundamentais

O Plano Tecnológico sustenta a sua acção em três principais eixos: qualificação dos portugueses, aproximação de Portugal das fronteiras da tecnologia e um novo impulso à inovação.

Em relação ao primeiro ponto, trata-se de dotar os portugueses das necessárias qualificações e instrumentos científicos e técnicos tendo em vista um mais adequado enquadramento na sociedade do conhecimento, fomentando medidas estruturais capazes de elevar os níveis educativos médios da população, criando um sistema abrangente e diversificado de aprendizagem ao longo da vida, de forma a mobilizar os cidadãos para a sociedade de informação.

O segundo aspecto diz respeito às tecnologias propriamente ditas, e aqui pretende-se vencer o atraso científico e tecnológico, apostando no reforço das competências científicas e tecnológicas nacionais, quer ao nível público, quer ao nível privado, reconhecendo o papel das empresas na criação de emprego qualificado e nas actividades de investigação e desenvolvimento (I&D). Finalmente em relação ao último eixo deste programa, o objectivo a imprimir visa dar um novo impulso à inovação, facilitando a adaptação do tecido produtivo aos desafios impostos pela globalização através da difusão e uso de novos processos, formas de organização, serviços e produtos.

Desmentido aqueles que acusam o Governo de só agora estar a dar os primeiros passos na implementação do Plano Tecnológico, oito meses após ter

tomado posse, Manuel Pinho, ministro da Economia, lembrou a propósito que desde Março de 2005 que este plano está em andamento, nomeadamente através de iniciativas como a "Empresa na Hora", que tem por objectivo reduzir os actos administrativos, e assim encurtar o tempo para a criação jurídica de sociedades comerciais sem contido diminuir a segurança jurídica, ou ainda no sistema de incentivos fiscais à I&D Empresarial, respondendo e aperfeiçoando o ambiente fiscal favorável à I&D nas empresas, o lançamento dos PIP, Programa de Investimentos em Infraestruturas Prioritárias, incluindo projectos de apoio à inovação e à modernização tecnológica, o programa "Ligar Portugal", que define a política nacional para a sociedade da informação e a promoção do acesso à banda larga, a iniciativa "Novas Oportunidades", que pretende requalificar cerca de 1 milhão de portugueses, abrindo-lhes novas oportunidades para o conhecimento, o programa "Inov-Jovem" e "Inov-Contacto", que têm como objectivo a introdução de competências na área da gestão, das novas tecnologias, marketing e internacionalização das empresas, a introdução do inglês no ensino básico, favorecendo uma cultura internacional do cidadão e a reorientação estratégica do Programa Prime, privilegiando a inovação e a internacionalização. Mas também a aposta na energia eólica, área onde estão previstos investimentos superiores a cinco milhões de euros, a adopção da factura electrónica por todos os serviços da administração do Estado, a criação de um sistema de avaliação das instituições científicas, a reforma do sistema de ensino de acordo com o processo europeu de Bolonha, e o lançamento de um ensino básico de

elevada qualidade, nomeadamente através da formação e acompanhamento dos professores de matemática e português. A toda esta lista, que constitui um conjunto vasto de iniciativas que perfazem os primeiros passos de uma nova geração de políticas voltadas para a qualificação e inovação e integradas no Plano Tecnológico, há ainda a juntar o reconhecimento da existência de cerca de 20 projectos de potencial interesse nacional, sendo que algumas destas iniciativas se encontram em fase de desenvolvimento.

Para o ministro da Economia, será a soma das acções já em andamento com as previstas no programa, que consagram o Plano Tecnológico como uma das apostas forte do Executivo e que terão execução prática, na sua totalidade, até ao final da legislatura.

Como frisou este responsável, este plano não é um programa de meras intenções, mas antes um compromisso sério com os portugueses, tendo em vista a criação de condições para que as empresas possam gerar mais riqueza a médio e longo prazo.

O Plano Tecnológico, defendeu Manuel Pinho, terá tanto maior sucesso quanto a nossa economia for capaz de dar sinais

efectivos de que está a crescer. E neste aspecto, o titular da pasta da Economia mostrou-se optimista. Lembrou a propósito um conjunto de iniciativas que estão em andamento e que contribuirão para aumentar a carteira internacional de encomendas das nossas principais empresas de construção, ou em relação ao sector do turismo, sector que na perspectiva de Manuel Pinho está em plena expansão, com projectos e iniciativas, como frisou, que apontam para a sustentabilidade do sector a médio e longo prazo, ou ainda a oportunidade que se abriu ao Banco Comercial Português (BCP), uma das maiores instituições financeiras do país, que se encontra em vias de adquirir o maior banco romeno. Mas outras iniciativas estão igualmente a implicar e a contribuir para o sucesso da nossa economia. É o caso, por exemplo, da Galp e da Simoldes que se associaram para a criação de uma nova garrafa de gás, iniciativa que Manuel Pinho não deixou de considerar uma aposta interessante, constituindo mesmo, como disse, "uma inovação mundial". De referir ainda, e como fazendo parte de toda a estratégia do Plano Tecnológico, a recente criação de um laboratório luso-

espanhol, a localizar na cidade de Braga. Mas outras iniciativas estão também em andamento, dando mostras de que a economia portuguesa pretende sair tão rápido quanto possível do momento menos bom em que se encontra mergulhada. É o caso do interesse manifestado pela multinacional alemã Siemens e pela também multinacional belga Solvay, que escolheram Portugal para reforçar os seus investimentos em serviços de valor acrescentado, tendo os alemães anunciado que vão criar um centro de inovação e desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicações, enquanto, pelo seu lado, a empresa belga, da área farmacêutica e química, já celebrou um protocolo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) com o objectivo de instalar na região de Lisboa uma unidade de serviços partilhados nas áreas das finanças e recursos humanos, estrutura que irá criar cerca de 300 novos postos de trabalho.

Serão estas e outras iniciativas, algumas delas em fase de negociações adiantadas, lembrou Manuel Pinho, que ao fortalecerem a nossa economia, permitirão que os diversos passos do Plano Tecnológico representem um sucesso e que a sua execução efectiva possa contribuir para o desenvolvimento e progresso dos portugueses e do país num curto espaço de tempo.

Conjunto articulado de políticas

O Plano Tecnológico não é, como defende o Governo, mais um diagnóstico. É um plano de acção para levar à prática um conjunto articulado de políticas que pretendem criar, expandir e absorver o uso do conhecimento como

MEDIDAS JÁ ESTÃO EM MARCHA

O Governo, ao aprovar o Plano Tecnológico, quer duplicar o investimento em investigação e desenvolvimento (I&D) nos próximos cinco anos, em cerca de 1,8 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), passando dos actuais 0,6, registados em 2002, para 1 por cento em 2010.

Paralelamente, o plano estabelece igualmente como meta que a despesa das empresas em I&D triplique no mesmo período, passando dos actuais 0,3 por cento apurados em 2002, para 0,8 por cento do PIB. Contas feitas, e segundo anunciou José Sócrates, o investimento total passará a registar uma subida de 0,9 por cento do PIB devendo-se fixar nos 1,8 por cento da riqueza produzida no final da década.



NOMES DO CONSELHO CONSULTIVO

- António de Sousa (ex-governador do Banco de Portugal)
- Rui Vilar (presidente da Fundação Calouste Gulbenkian)
- Luís Portela (presidente da Bial)
- Paulo Teixeira Pinto (presidente do BCP)
- Paulo Morgado (CEO da Cap. Gemini)
- Artur Santos Silva (presidente do BPI)
- João Cravinho (deputado do PS)
- Miguel Beleza (quadro do BCP, ex-ministro das Finanças)
- Carlos Melo Ribeiro (Siemens Portugal)
- António Horta Osório (Banco Santander)
- António Bernardo (Roland Berger)
- Eduardo Costa (banco Finantia)
- Leonor Beleza (presidente da Fundação Champalimaud)
- Paulo Ramos (presidente da Pararede)
- Manuel Ferreira Oliveira (CEO da Unicer e da Petrocer)
- Rodrigo Costa (Portugal Telecom, ex-Microsoft)
- José Fiadeiro (grupo Paulo Oliveira)
- Jorge Armindo (Amorim turismo)
- Manuel Santos Silva (reitor Univ. Beira Interior)
- Peças Lopes (investigador do NETI)
- Alberto Castro (Univ. Católica do Porto)
- António Câmara (Presidente da Y-Dreams)
- Rui Guimarães (Cotec)
- Vítor Corado Simões (professor do ISEG)
- Rogério Carapuça (presidente da Novabase)
- Maria João Rodrigues (Comissão Europeia, ISCTE)
- João Caraça (Fundação Calouste Gulbenkian)
- Helena Nazaré (reitora da Univ. de Aveiro)
- Luís Nazaré (presidente dos CTT)
- Filipe de Botton (CEO da Logoplaste)
- Jorge Rocha de Matos (presidente da AIP)
- Ludgero Marques (presidente da AEP)
- Alexandre Quintanilha (Univ. do Porto)
- Daniel Bessa (Univ. do Porto)
- Paulo Azevedo (presidente da Sonae.com)
- António Amorim (Amorim Cortiças)
- Murteira Nabo (presidente da Galp)
- Maximiano Martins (deputado do PS)
- João Ferreira do Amaral (economista, prof. do ISEG)
- Ilídio Pinho (presidente da Fundação Ilídio Pinho)
- Ricardo Salgado (presidente executivo do BES)

alavanca capaz de transformar Portugal numa economia dinâmica e preparada para se afirmar na economia global.

Ao elaborar este plano, o Governo parte do pressuposto de que o mercado tem um papel fundamental no dinamismo das actividades económicas, nomeadamente, como refere, porque a maioria das inovações resultam de trocas complexas de ideias, de produtos e de experiências, mas também de projectos que dão frutos no tempo. A inovação, sublinha o Governo, envolve agentes variados, mas deixaria de ter qualquer função prática, se não chegasse ao mercado de forma a favorecê-lo e a ajudá-lo na sua necessária modernização.

Havendo, como reconhece o Executivo

português, falhas que têm vindo a ser detectadas no mercado, nomeadamente ao nível do investimento em capital humano e nas actividades de inovação, investigação e desenvolvimento, falhas essas motivadas pelo facto de os benefícios associados aos investimentos em educação ou em actividades de investigação, desenvolvimento e inovação serem insuficientes ou não serem totalmente apropriados, têm conduzido a um subinvestimento nessas áreas que importa agora inverter. Estes entraves, como reconhece o Governo, são em Portugal tanto maiores quanto o nosso crescimento económico tem deparado com uma baixa qualidade dos seus recursos humanos, mas também com uma fraca capacidade tecnológica e uma quase nula permeabilidade à inovação, cenário que nos coloca no quadro geral europeu abaixo dos padrões exigíveis.

Embora todas as medidas do Plano Tecnológico estejam classificadas de acordo com os três eixos referidos — conhecimento, tecnologia e inovação —, o seu desenho não deixa de obedecer à preocupação de actuar de forma transversal, ou seja, caminha no sentido de uma estratégia de crescimento sustentado.

Um modelo aberto

Como referiu o primeiro-ministro, na sessão pública de apresentação do Plano Tecnológico, este caracteriza-se por ser um programa aberto, primeiro porque admite a incorporação de novas contribuições, nomeadamente quando essas prestações venham da sociedade civil, e depois, como lembrou ainda José Sócrates, porque o modelo de implementação prevê uma monitorização e uma avaliação periódica de resultados. Neste sentido, foi criado um conselho consultivo que é constituído por 41 nomes, desde cientistas de renome até empresários e personalidades ligadas ao ensino. (*ver caixa*) Com um horizonte temporal que vai até ao final da legislatura, o Plano Tecnológico cria assim um quadro de referência, estabelece um compromisso com os portugueses e incorpora medidas concretas nas mais diversas áreas.

Em geral, é regra aceite, os níveis de

desenvolvimento das economias estão relacionados com os códigos, formais ou informais, que determinam o ambiente económico e o sistema de incentivos em que os agentes económicos operam. Um ambiente económico e institucional será favorável ao crescimento se proporcionar um enquadramento que induza o esforço, a acumulação de capital e a adopção de novas tecnologias. Ao Estado está neste capítulo reservado um papel importante, uma vez que pode e deve contribuir positivamente para o crescimento económico, favorecendo instituições capazes de zelar pela defesa dos cidadãos e pelo funcionamento dos mercados, promovendo e estimulando as iniciativas necessárias, enquanto que, os agentes económicos responderão com investimento e participação, gerando assim um maior crescimento.

Com lembrou o primeiro-ministro, a retoma em Portugal depende principalmente do sector privado, a quem compete identificar as oportunidades no mercado, tomar as iniciativas, lançar os projectos, inovar, modernizar e vender, no contexto da economia global. Ao Estado, pelo seu lado, compete-lhe olhar pela envolvente, nomeadamente através da redução da burocracia e apostando na simplificação administrativa. Mas também melhorando o funcionamento da justiça, nomeadamente através da resolução célere de conflitos, ajudando deste modo a consequente credibilidade do sistema de forma a contribuir decididamente para aumentar as expectativas e a confiança dos empresários e dos investidores.

O sucesso do Plano Tecnológico, como frisou o primeiro-ministro, e a sua concretização, requer o envolvimento de todos, de forma próxima e continuada. Por isso, como defendeu, uma das tarefas fundamentais é o acompanhamento e a avaliação das medidas propostas.

A implementação das medidas apontadas neste plano, será acompanhada de forma regular pelos organismos do Governo, pelo público em geral e por um conjunto de especialistas qualificados na área da inovação. Ao primeiro-ministro cabe a responsabilidade de coordenar o Plano Tecnológico.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

UMA NOVA CULTURA DE AMBIÇÃO PARA OS PORTUGUESES

Impulsionar uma “revolução dos quadros mentais” a nível nacional através de uma nova cultura de ambição e de responsabilidade individual é um dos objectivos que o Governo quer atingir até ao final da presente legislatura.

O anúncio foi feito, no passado dia 25 de Novembro, pelo primeiro-ministro, no final da sessão pública de balanço dos programas de estágios para jovens qualificados nas áreas das ciências e tecnologia.

Ao intervir no Pólo Tecnológico de Lisboa, perante uma plateia maioritariamente constituída por jovens e empresários, Sócrates evocou o duque de Wellington, que no início do século XIX resistiu às invasões napoleónicas na Península Ibérica e derrotou definitivamente Napoleão na batalha de Waterloo (Bélgica).

“Estratégia é escolher o sítio em que devemos lutar”, afirmou o governante, parafraseando Wellington, para de seguida acrescentar que, actualmente, “o sítio em que Portugal deverá lutar, num mundo globalizado, é no da inovação e do progresso tecnológico”.

O chefe do Executivo socialista congratulou-se com a “elevada adesão” de jovens e de empresas registada nos programas InovJovem (de estágios nacionais) e InovContacto (de estágios internacionais).

Ladeado pelos ministros da Economia, Manuel Pinho, e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, o primeiro-ministro aproveitou igualmente para sublinhar a sua recusa em relação à perspectiva de que “o Estado tem o dever de garantir tudo e todos”, considerando “fundamental” que os jovens aproveitem esta oportunidade de estagiarem (nove meses) em alguns dos maiores centros tecnológicos do mundo.

“O grande objectivo do Governo, associado ao Plano Tecnológico “é promover uma revolução dos quadros mentais em Portugal, tornando os portugueses mais abertos à inovação, ao risco e à iniciativa, mas também mais optimistas e ambiciosos”, reafirmou, antes de definir os jovens envolvidos nos programas InovJovem e InovContacto como “a guarda avançada” de Portugal na sua batalha pela modernização.

M.R.

PRIORIDADE À CONCÓRDIA NACIONAL EM TORNO DE GRANDES OBJECTIVOS

Na semana em que completou 81 anos, Mário Soares continua a surpreender pela sua inesgotável vitalidade, pelo seu dinamismo e reconhecida capacidade de comunicar com pessoas de todas as idades, profissões, condições económicas e procedências. De Norte a Sul do país, foi recebido com entusiasmo, perfilando-se na corrida presidencial como um candidato abrangente e com visão estratégica quanto ao futuro do nosso país. Político de grandes causas, definiu como prioridade, para além do social, as problemáticas ambientais e reforçou o seu apelo para uma aposta na inovação, na competitividade e na inteligência dos portugueses.



Na sua deslocação a Aveiro, o candidato presidencial apoiado pelo PS inteirou-se das inquietações da comunidade imigrante residente na região, sublinhando na ocasião a pertinência de encetar uma “ponderação” séria sobre a Lei da Nacionalidade e mostrando-se favorável a uma possível abertura no sentido de incluir o espaço da lusofonia. No animado diálogo que manteve com jovens estrangeiros da Casa do Estudante da Universidade de Aveiro, o fundador do PS reconheceu que a problemática da nacionalidade é muito complexa, pelo que, deve passar, antes de mais, por uma cuidada avaliação conjunta com os parceiros europeus. “Somos 200 milhões na lusofonia. Não é brincado”, declarou num debate em que também focou os desafios que se perfilam no horizonte de uma União Europeia alargada. Mais tarde, Soares inaugurou a sede da sua candidatura em Aveiro, numa sessão em que esteve acompanhado pelo seu mandatário distrital Idílio Pinho e pelo camarada António José Seguro, que não hesitou em exaltar a empatia mobilizadora de Soares face ao “cinzentismo” da candidatura apoiada pela direita que, apontado, é protagonizada por um “homem de gabinete”. Foi também em Aveiro que Mário Soares denunciou a falsidade da propagandeada unidade da direita neste combate eleitoral

ao afirmar que Cavaco Silva tem anticorpos inclusivamente dentro do PSD, um partido que “trata mal” e que defende projectos diferentes daquele que o seu adversário propõe. Numa visita matutina dedicada à temática da tecnologia e da inovação, Soares defendeu que a competitividade da economia nacional deve ser pautada por uma aposta determinada na “inteligência dos portugueses e na sua capacidade para inovar”, virando definitivamente a página da oferta de mão-de-obra barata. No decurso de uma breve paragem em duas empresas do sector informático de Aveiro – a Netual e a Micro I/O –, o candidato presidencial descreveu estes dois “exemplos pedagógicos” de inovação como provas vivas da mudança significativa que pode e deve ser alargada ao âmbito da estratégia económica nacional, com vista à superação da actual crise. O ex-chefe de Estado não nega a crucialidade dos problemas económico-financeiros do país, mas, já numa entrevista que concedeu ao “Público”, afirmou-se mais preocupado com a crescente crispação social e política, uma vez que – frisou – “as pessoas são mais importantes do que o défice”. Apostado em “dar prioridade à concórdia nacional” em torno de grandes objectivos, o fundador do PS

confia no seu regresso a Belém ao mesmo tempo que denuncia a existência de “pressões” da Comunicação Social “favoráveis” a um candidato presidencial em particular. Segundo Soares, basta a leitura e o visionamento críticos dos jornais e das televisões para evidenciar que a Imprensa não está a transmitir a mensagem que tem deixado nas suas acções de pré-campanha. Todavia, o candidato presidencial não receia uma derrota a 22 de Janeiro porque acredita “no bom senso do povo português”. Sem hesitar realfirmar que se essa fosse a vontade dos eleitores, e desde que o processo decorresse de forma “limpa”, aceitaria a legitimidade dos resultados, Mário Soares reconhece que uma hipotética vitória de Cavaco Silva lhe suscitaria grandes preocupações relativamente à estabilidade do país. Nesse cenário, considera que existiria de facto o risco de crispação social e que esta tenderia a aumentar, necessariamente, porque há já uma desconfiança absoluta em relação a à figura do candidato da direita e ainda porque “a conflitualidade só pode ser evitada por alguém que saiba evitá-la”. Neste sentido, defende que o diálogo do Governo deve ser preferentemente feito à esquerda, declarando que a “terminologia dos pactos de regime está gasta”, pelo que se devem “acentuar os

entendimentos possíveis”. Já na sua deslocação ao Porto, Soares voltou a referir que teria preferido que a esquerda tivesse uma única candidatura a Belém, ressaltando de seguida que a existência das actuais quatro não impede que se dê uma “reconsideração do problema” no sentido da “convergência”. Embora certo de reunir as melhores condições para a segunda volta, Mário Soares não hesitou em declarar que dará o seu voto e apoiará outro candidato de esquerda que possa atingir esse objectivo. Dirigindo-se à Imprensa no final de um encontro que manteve com o bispo do Porto no âmbito da série de contactos com responsáveis de diversas confissões religiosas, o candidato apoiado pelo PS apelou ao diálogo ecuménico e defendeu que o sentimento religioso é individual e merece ser respeitado. Mais tarde, em Montalegre, defendeu a urgência de “encontrar um rumo certo para Portugal”.

Renovar as energias de Portugal

Recebido por uma multidão de apoiantes que o presentearam com uma tradicional croça barrosã (capa de junco usada pelos pastores para se protegerem da chuva e do vento), o candidato

NACIONAL JECTIVOS



presidencial foi o principal convidado da festa socialista que anualmente se realiza naquela cidade do distrito de Vila Real, ocasião em que voltou a sublinhar a importância de ouvir as populações e ser sensíveis aos seus problemas.

"Portugal precisa de um Presidente da República que conheça os portugueses e que tenha uma ideia do que é o país e do que tem que ser, não de novas políticas, porque isso compete ao Governo, mas alguém que ressuscite as energias de Portugal", disse.

No debate em que participou com estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no passado dia 29 de Novembro, Mário Soares manifestou-se contra o aumento dos poderes presidenciais, insistindo em que o semipresidencialismo, tal e como o conhecemos, "tem-se revelado muito sólido".

Na mesma ocasião, o antigo chefe de Estado mostrou-se muito preocupado com o flagelo do desemprego, em especial dos jovens licenciados, criticou a "campanha" da direita contra os políticos e a política e destacou o papel de magna importância que o projecto europeu representa no futuro de Portugal, exortando a sua jovem assistência a interessar-se e mobilizar-se em prol das questões relativas à União Europeia. Congregar forças foi também a tônica da mensagem que Soares deixou, um

dia antes, em Almeirim.

Num jantar que reuniu largas centenas de apoiantes, o candidato presidencial recordou que assumiu este novo desafio político a pedido do PS e que por isso espera a mobilização socialista em torno da sua eleição.

"Não pensem que esta tarefa é fácil. Preciso absolutamente do vosso apoio, do vosso auxílio e da vossa luta", apelou, prometendo um combate renhido de dois meses e a vitória em Janeiro.

Ao retomar a explicação do entendimento que faz sobre o exercício da presidência da República, Mário Soares

destacou, entre outras, a "grande responsabilidade" que cabe ao chefe de Estado de ser um "mobilizador das energias nacionais" com uma "influência benéfica" e capacidade para "discutir com as pessoas, padrões sindicais, universidades".

Antes da conferência de imprensa em que aconselhou prudência em matéria de novas privatizações, por forma a prevenir que o Estado fique sem bens estratégicos, Soares lançou um alerta aos eleitores portugueses no sentido de perceberem a crucialidade da escolha que farão a 22 de Janeiro, dada a

conjuntura económica, política e social do país.

Avançar para grandes causas

"Estamos numa fase em que é preciso ter muito cuidado com as escolhas, que são realmente decisivas" frisou, acrescentando que, na sua opinião, só um chefe de Estado eleito pela esquerda terá "ideias claras para fazer avançar as coisas no sentido das grandes causas — a paz, o progresso social e o progresso económico".

Ainda sobre a vital importância da participação democrática num período conturbado, o candidato dirigiu um vivo apelo aos jovens, no sentido de não se alhearem da política.

Ladeado por Rui Silva, o atleta olímpico que é o seu mandatário no distrito de Santarém, apelou igualmente ao civismo no desporto e comparou a disputa eleitoral com uma corrida de maratona. "Ele é um campeão e eu também sou, mas de outras coisas", afirmou sorrindo, referindo-se a Rui Silva, durante um passeio de quase um quilómetro na cidade de Rio Maior.

Na sua passagem por Évora, no dia 27, Mário Soares comprometeu-se a não deixar "mexer" nas liberdades, direitos e garantias dos cidadãos, nem permitir que surjam situações de conflitualidade, caso seja eleito Presidente da República.

Ao falar na inauguração da sua sede de candidatura nesta cidade alentejana, rodeado de apoiantes, nomeadamente os principais dirigentes regionais do PS, o candidato foi recebido pela tuna "Seis Tetos", da Universidade de Évora, cantando depois a pé para a sede de campanha, onde o músico Vitorino se juntou aos estudantes universitários para entoar algumas canções.

Na ocasião, sustentou que é possível conciliar o desenvolvimento económico e a competitividade internacional com a manutenção dos direitos dos cidadãos, advogando igualmente a necessidade de preservar a estabilidade, sem contudo deixar de reconhecer que ela não invalida o "direito à indignação", pelo que entende ser normal acontecerem greves e protestos em momentos de decisões difíceis e impopulares.

Antes, durante um almoço em Estremoz, privilegiou, como é seu hábito, o contacto com as pessoas e prestou homenagem à gastronomia do Alentejo, afirmando, categórico, que é "a melhor comida portuguesa".

No final de um colóquio sobre Ambiente e Turismo promovido pela autarquia de Odemira, no dia 26, Soares definiu as questões ambientais como uma prioridade do seu mandato presidencial caso venha exercer, pela terceira vez, a chefia do Estado.

URGE CORRIGIR A LEI DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS

A candidatura de Mário Soares à presidência da República detectou recentemente uma omissão no quadro normativo que estabelece a subvenção pública para a campanha presidencial, registando que na lei não se encontra discriminado o valor a atribuir numa eventual segunda volta das eleições.

Segundo a candidatura de Soares, "a falta de fixação do montante do financiamento público para a segunda volta das eleições presidenciais" na Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais "constitui uma omissão que importa corrigir".

Acréscimo que essa urgente correcção deve ser feita "inscrevendo no Orçamento da Assembleia da República a correspondente verba", que deverá ser igual ao limite das despesas admitidas na lei "para essa segunda volta" (cerca de 965 mil euros). **M.R.**

O ambiente como prioridade

Para o fundador do PS, a defesa e conservação do ambiente e da natureza são condições indispensáveis para o desenvolvimento sustentável e de uma aposta de longo prazo no "ecoturismo". Ao discursar na inauguração da sede da sua candidatura em Faro, Mário Soares acusou Cavaco Silva de ter uma oratória de esquerda para recolher mais votos. Sublinhando que o seu adversário "tem problemas à direita" e que estão a surgir "anticorpos de todo o tamanho aqui e ali", o candidato apoiado pelo PS apelou aos seus apoiantes para ajudarem a sensibilizar mais eleitores para a sua candidatura.

"Uma vez eleito, uma vez em Belém, não vos decepcionarei. Não vos decepcionei no passado e não vos decepcionei no futuro", afirmou, observando que depois de percorrer 12 distritos em Portugal continental pôde constatar com clareza "que há qualquer coisa a passar-se no país, uma mobilização das pessoas".

Ainda durante a jornada pelo Algarve, Soares almoçou com os mandatários regionais e os autarcas que o apoiam, seguindo-se depois uma visita ao Zoomarine de Albufeira, altura em que se confessou surpreendido com a proposta apresentada por Francisco Pinto Balsemão de um regime presidencialista, interpretando-a como uma "perigosa" tentativa de fazer pressão sobre o candidato Cavaco Silva para mudar o regime.

Antes de empreender uma viagem de comboio entre Faro e Olhão, o antigo chefe de Estado venceu o carácter inconstitucional do presidencialismo, lembrando que "o primeiro acto do Presidente da República é jurar cumprir e fazer cumprir a Constituição".

O antigo Presidente da República alertou, numa breve passagem pelo distrito de Lisboa, para o risco de destruição que corre actualmente o Estado social caso não seja travada eficazmente a "progressão do economicismo".

Mário Soares descreveu o cenário desse eventual desmantelamento como "catastrófico" no final da visita que realizou, no passado dia 24, ao Centro Comunitário Paroquial da Ramada, em Odivelas, uma acção de pré-campanha que teve como pano de fundo a crítica ao neoliberalismo e o elogio ao "trabalho do voluntariado" e ao papel social do Estado. Nas instalações daquele centro comunitário recentemente construído, onde funcionam creches, espaços para idosos e outros serviços, o candidato presidencial trocou impressões com idosos, visitou a cozinha, cumprimentou



funcionários, esteve no espaço de apoio temporário a mães e visitou a loja da solidariedade.

Em Beja, Mário Soares confessou mais uma vez que não dormiria "descansado" se Cavaco Silva vencesse a corrida a Belém em Janeiro próximo.

Perante uma plateia de estudantes, o fundador do PS acalmou os ânimos ao assegurar com toda a certeza não ter dúvidas de que vai ganhar as presidenciais e voltar, pela terceira vez, à chefia do Estado, explicando que a sua candidatura visa dar "um contributo para ajudar Portugal e a Europa a saírem da crise em que se encontram".

Já na escola secundária José Afonso, em Loures, e perante uma numerosa assistência constituída por alunos adolescentes, Mário Soares defendeu que o Presidente da República tem o dever de demitir-se das suas funções se ao decidir dissolver o Parlamento e convocar eleições antecipadas, o Governo que destituiu voltar a merecer a confiança maioritária dos eleitores.

Na mesma ocasião, manifestou-se apreensivo com a forma como estão a ser utilizadas as escutas telefónicas para efeitos de investigação judicial, dizendo que neste momento "não se sabe quem as autoriza e como essas escutas vão parar à imprensa" e que estas "fugas de informação" atentam contra a qualidade

da democracia portuguesa, abrindo portas a "julgamentos em praça pública". Na sua "campanha de proximidade" por Vila Real, o candidato presidencial juntou com os seus apoiantes e simpatizantes, tendo participado também num debate que decorreu na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ocasião em que classificou como "sensata" a proposta do Governo de concluir a linha do TGV de ligação entre Lisboa e Madrid em 2013, uma vez que - frisou - "é da máxima importância que Portugal não fique fora da rede ferroviária da Europa". Durante o périplo que fez pelo interior do país, referiu que a principal preocupação nacional deve incidir sobre o social, defendendo de seguida que um Portugal "mais equilibrado" e onde "não se aprofundem as assimetrias" serão imprescindíveis mais e melhores acessibilidades, medidas de fixação da população e o desenvolvimento da agricultura nas zonas com evidentes potencialidades rurais.

Presidência de proximidade

Em Bragança, onde também se rendeu aos produtos regionais, Soares realçou o esforço de modernização da cidade, reiterando logo a promessa de ser um "ouvindo" e retomar as suas "presidências abertas" em novos moldes.

Desta vez, afirmou, a sua presidência será sempre aberta, mantendo a sua aposta de proximidade com os portugueses.

Acompanhado pela sua mandatária distrital, a pintora Graça Morais, o candidato visitou o mercado Municipal de Bragança.

Na sua passagem por Vila Nova de Foz Côa, reflectiu sobre o verdadeiro significado das sondagens de opinião, explicando que "não há candidatos pré-determinados ou pessoas que por mais que tenham as turbas da publicidade e da comunicação apontadas num determinado momento sobre si, possam, por si só, estar a ganhar as eleições". Em defesa do turismo da região, o candidato presidencial advogou a reabertura do troço da Linha do Douro, entre Pocinho e Barca d'Alva, considerando-a um elemento importante para o desenvolvimento do distrito da Guarda e um passo rumo à coesão territorial que o país reclama.

À chegada a Idanha-a-Nova, Soares voltou a referir-se ao combate das assimetrias regionais, reafirmando que apesar de ser um candidato apoiado pelo PS, conta com uma candidatura de alcance nacional e com apoios da que vão da extrema-esquerda à extrema-direita.

Recebido, a 19 de Novembro, no Centro

Cultural Raiano, por um grupo de danças e cantares, Mário Soares foi convidado a um "pezinho" de dança por uma adufeira local.

Ao desafiante "ó senhor doutor, hoje vamos dançar a valsa da Meia-Noite", o candidato retorquiu com um "é já" e acabaria por cumprir a promessa ao ritmo de um cantar tradicional.

Mais tarde, assumiu explicitamente um repto pessoal na arena política ao garantir, na Covilhã, que vai fazer o pleno dos votos do eleitorado socialista na primeira volta das presidenciais, para atingir a segunda volta e ser eleito Presidente de todos os portugueses.

No dia 18 de Novembro, em Lisboa, Mário Soares recebeu "com tristeza" a notícia da morte de um militar português no Afeganistão, no final de um encontro com representantes das diversas

comunidades religiosas, altura em que também evocou os riscos que estão sempre latentes em missões como aquela.

Durante a inauguração da sua sede de campanha, em Leiria, apelou à criação de "uma onda" em torno da sua candidatura presidencial por forma a fazer frente ao que considerou ser uma "campanha unilateral da Comunicação Social em determinado sentido".

Num jantar nas Cortes, onde está localizada a Casa-Museu João Soares, em homenagem a seu pai, ministro da I República e insigne pedagogo, defendeu que o futuro chefe de Estado deve ter capacidade de "antecipar o futuro", especialmente quando a conjuntura internacional é difícil".

"Fui daqueles que se bateram contra a guerra no Iraque. Eu tinha razão e disse-o no tempo oportuno", lembrou, considerando essencial que um Presidente tenha essa qualidade estratégica muito peculiar.

Assumindo-se como um político de convicções, com provas dadas e com estilo próprio, não hesitou em deixar claro que "mais importante do que ser primeiro-ministro ou chefe de Estado ou deputado é continuar a ser Mário Soares", afirmação que mereceu uma efusiva ovação por parte dos seus apoiantes.

MARY RODRIGUES



JOVENS APOIANTES DE SOARES CRIAM MP3

Mário Presidente 3 (MP3) - movimento de jovens apoiantes da candidatura do histórico fundador do PS - foi formalmente constituído, no passado dia 30 de Novembro, em Lisboa. Num manifesto dirigido aos jovens afirma-se que Soares entende a juventude como "motor de rupturas políticas e culturais, prenunciadora de novas andanças" e que o candidato é "alguém dos novos tempos".

"Sabemos que apenas Soares, que lutou contra a ditadura, que nos colocou na Europa, que se opôs à guerra no Iraque e que sempre se bateu pelos direitos de todos, será capaz de conhecer a nossa geração e os desafios que o mundo globalizado nos

coloca", lê-se no texto que aborda igualmente temas como o emprego, educação, exclusão, ambiente e a interrupção voluntária da gravidez.

Na apresentação do MP3, sedead no Espaço Éden, estiveram presentes, além do próprio Mário Soares, a mandatária da juventude Joana Amaral Dias e o director nacional da campanha jovem, Pedro Nuno Santos, que é também líder da Juventude Socialista.

O movimento de apoio jovem à candidatura de Mário Soares criou também uma página na Internet: www.movimentomp3.net.

JUSTIÇA

ALBERTO COSTA ANUNCIOU ALTERAÇÕES NO SISTEMA DE REINserÇÃO SOCIAL

O panorama da reinserção dos jovens delinquentes em Portugal vai conhecer nos próximos anos profundas alterações. Para além das medidas anunciadas que visam devolver ao sistema uma maior capacidade e um mais eficaz método na educação destes jovens, pretende ainda o Ministério da Justiça alargar a sua actuação à construção de novos centros educativos e ao encerramento de alguns existentes

O ministro da Justiça anunciou que o Governo vai alterar o actual modelo do sistema de reinserção social, de modo a melhor preparar o país para as ameaças e riscos da delinquência do século XXI. Para Alberto Costa, trata-se de introduzir um conjunto de alterações que visem, numa primeira análise, proceder a uma remodelação de todo o actual sistema que passará, nomeadamente, pelo encerramento, remodelação e construção e raiz de centros educativos para jovens delinquentes.

Estas medidas, como frisou o titular da pasta da Justiça, vão desenvolver-se a par de uma actualização territorial e funcional de toda esta problemática, de modo a melhor responder às necessidades. Estes e outras medidas foram anunciadas pelo ministro numa cerimónia de inauguração do novo Centro Educativo

de Santo António, na cidade do Porto. Para que se comece a mudar de facto o presente panorama, designadamente no que respeita ao nível da qualidade das instalações, referiu o ministro, o Governo prevê a abertura de novos centros, com mais comodidade e com maior capacidade de organização, sendo ainda encarada a hipótese de se proceder ao encerramento de outros.

Tudo isto, como sublinhou, tendo em perspectiva aumentar os índices e a capacidade de resposta do Estado a uma efectiva e capaz inserção dos jovens delinquentes, tarefa que, na opinião de Alberto Costa, só se conseguirá se se proceder rapidamente e de forma planeada a uma arrojada reforma no sector, não só ao nível das instalações, como nos critérios da distribuição territorial dos equipamentos e ainda na persecução de



modernos métodos de reinserção. Como adiantou o ministro, o que estamos a elaborar não se resume apenas à revisão do mapa judiciário, mas igualmente "a uma alteração do mapa penitenciário, dos métodos de reinserção social e ainda no tipo de registos". As explicações de Alberto Costa visam

igualmente sensibilizar a opinião pública para o facto do Estado estar presente-mente a gastar muito dinheiro com o sistema de reinserção social, considerado pelo titular da Justiça como um sistema antiquado e desinserido da realidade do país.

Recorde-se que os centros educativos,

como também são conhecidos estes centros de reinserção social, destinam-se ao internamento de menores que tenham cometido crimes e cujas idades andem entre os 12 e os 16 anos de idade. Todavia, como também estabelece a lei, o internamento destes jovens nos centros poderá alongar-se até atingirem a maior idade.

Desdramatizando a situação portuguesa, Alberto Costa lembrou que, em comparação com o que se passa no mundo, em Portugal registou-se de Janeiro de 2004 para hoje uma diminuição do número de educandos internados de 299 para 258, facto que, como referiu, não deve permitir, contudo, que "deixemos de ter uma visão prudente adaptando todas as medidas necessárias de modo a evitar que a nossa sociedade seja posta perante factos semelhante aos que se passam noutras sociedades".

Tal como determina a lei, os educandos podem frequentar os centros em três regimes distintos: aberto, semiaberto ou fechado. Este último é reservado aos que não têm permissão de se ausentarem dos estabelecimentos, com a única excepção para os casos em que estejam envolvidos problemas de saúde, deslocações a tribunal ou outros motivos considerados como excepcionais.

O centro, que o ministro Alberto Costa inaugurou no Porto, destina-se a receber rapazes, custou 1,5 milhões de euros e conta com uma lotação de 34 camas, das quais dez são destinadas a acolher jovens em regime fechado.

R.S.A.

JULGADOS DE PAZ

APROXIMAR A JUSTIÇA DO CIDADÃO

Os Julgados de Paz constituem um importante passo no desenvolvimento do projecto de modernização da justiça e uma nova forma de administrar. Tratam-se de organismos que têm por objectivo o combate ao atraso na justiça e um instrumento tendente a melhorar o seu funcionamento.

A propósito da assinatura do protocolo assinado entre a secretaria de Estado da Justiça e a Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, na abertura de mais um Julgado de Paz neste município do centro do país, o secretário de Estado, salientou as linhas gerais do projecto do Governo relativamente a estes novos instrumentos da Justiça, nomeadamente no que respeita à intenção do Executivo de proceder ao alargamento da competência em razão da matéria e do valor e de fixar a competência exclusiva dos Julgados de Paz.

Assim, como sublinhou José Conde Rodrigues, os Julgados de Paz passarão a ter competência para apreciar e decidir questões cujo valor não exceda o dobro da alçada do Tribunal de primeira instância, isto é, pode passar a julgar causas cujo valor não ultrapasse os cerca de 7500 euros.

Por outro lado, como também acentuou este responsável do Ministério da Justiça, a competência material será alargada a todo o âmbito cível, com excepção das

cobranças judiciais e em relação às matérias relativas ao direito de família, menores, sucessões, trabalho e penal. Finalmente, e ainda integradas nas medidas que o Governo pretende delegar nos Julgados de Paz, está ainda a garantia de que a competência destes organismos da justiça será exclusiva de forma a que muitos dos processos que hoje são apresentados nos tribunais de primeira instância passarão, no futuro, a ter de ser propostos nos respectivos Julgados de Paz.

A forma de funcionamento destes novos instrumentos da justiça passa por lhes serem submetidas questões que de algum modo possam ser resolvidas por mediação, com a intervenção de um mediador de conflitos ou por julgamento efectuado por um Juiz de Paz. O serviço de mediação existente nos Julgados de Paz permite às partes, de forma simples e eficaz, resolver os seus próprios conflitos.

R.S.A.

REGULARIZE AS SUAS QUOTAS

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;

2. Transferência bancária

Conta: BCP-NOVA REDE
PS-QUOTIZAÇÕES - Nº 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE	20132
REFERÊNCIA	0000...+ N.º DE MILITANTE (total de 9 dígitos)
MONTANTE
	Quota normal: semestral - 12,00 eur; anual - 24,00 eur
	Quota reduzida: semestral - 6,00 eur; anual - 12,00 eur

4. Pagamento junto da Secção, caso a Secção detenha Protocolo para o efeito.

Linha Azul
808 201 695



ENSINO SUPERIOR

PRIORIDADE PASSA PELA MELHORIA DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

O Governo acaba de aprovar um conjunto de medidas que vão alterar de forma significativa a metodologia seguida até aqui, quer no financiamento quer na divulgação de novos projectos de cariz científico.

O Governo acaba de alterar o modelo de financiamento dos projectos científicos candidatos ao Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação (POCTI), que passarão a ser avaliados por equipas independentes a designar pelo gestor do programa. Altera-se, deste modo, a prática seguida até aqui que encaminhava todos os projectos para apreciação do programa Ciência Viva.

A par desta decisão, uma outra foi igualmente decidida, no sentido de passarem a ser avaliados três programas de âmbito nacional, nos domínios prioritários, programas esses que serão postos a concurso pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, sujeitando-se posteriormente à avaliação da respectiva comissão científica.

Com estas medidas, o programa Ciência-Viva para a Cultura, Ciência e Tecnologia, criado pelo Governo socialista, vai passar a concorrer aos financiamentos dos projectos que vier a apresentar, a par de outras instituições, como as ligadas ao ensino superior, entidades públicas e privadas vocacionadas para actividades de divulgação científica e tecnológica. O ministro da Ciência e do Ensino Superior, Mariano Gago, anunciou que o novo modelo para o período de 2004 a 2006 será dotado com 40 milhões de euros no âmbito do POCTI e 19 milhões de euros no quadro das medidas desconcentradas de Ciência a aplicar na construção e requalificação de museus de ciência e centros de ciência viva.

Mariano Gago pretende que o Ministério da Ciência e do Ensino Superior (MCES) passe a apoiar de forma eficaz os projectos e conteúdos de divulgação científica a serem objecto de financiamento pelos programas operacionais, desde que, como refere, "se pautem pela objectividade, racionalidade e pelo espírito de rigor científico", facto que, sublinha, justifica a criação de uma comissão de 13 cientistas a quem caberá a responsabilidade de contribuir para a elaboração de programas nacionais de divulgação científica, a enquadrar pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. O novo modelo reforça, na opinião do ministro, a aposta em áreas consideradas prioritárias pelo Governo e pelo MCES, caso da matemática e da física, desenvolvimento sustentável e ciências da vida e da saúde e a biotecnologia. Para Mariano Gago, a política de divulgação científica não pode dispensar a identificação de prioridades. Caso não seja este o caminho a seguir, defende, o assunto será indubitavelmente remetido

para o domínio do voluntarismo, facto que em nada beneficiará, defende, "a necessária eficácia na procura de soluções que tendam a encaminhar o país para o domínio de experiências de investigação nas escolas", prática há muito seguida na grande maioria dos restantes países europeus".

Novas orientações e respectivo financiamento

Há muito que o assunto é pacífico: a cultura científica é um factor fundamental para uma mais e melhor interpretação dos fenómenos que nos rodeiam. Esta certeza deverá traduzir-se, na perspectiva do ministro da Ciência e do Ensino Superior, num aumento urgente, quer em Portugal, quer em toda a União Europeia (UE), do nível geral da cultura científica, "pelo que o ensino experimental torna-se imprescindível à aquisição de conhecimentos". Mas também o crescimento económico, assunto tão valorizado em praticamente todas as intervenções políticas, depende da capacidade de basearmos o tecido produtivo no conhecimento e em apostas consolidadas nos factores tecnológicos. Cenário que só se conseguirá alcançar, como defende Mariano Gago, com uma sólida formação ao nível dos recursos humanos nas áreas da Ciência e da Tecnologia, por forma a se poder reorientar a economia no sentido da inovação e da competitividade.

Objectivos que se enquadram perfeitamente na filosofia assumida pela UE que estabeleceu como objectivo aumentar em 15 por cento, até 2010, o número de diplomados em Ciência e Tecnologia.

Portugal debate-se presentemente com um estrangulamento preocupante no que respeita à sua formação escolar, uma vez que regista níveis de rejeição demasiado elevados na escola no que respeita ao estudo das disciplinas de matemática e da física, ou dos cursos que as contenham no plano curricular, facto que faz com que Portugal surja entre os países comunitários com um dos "rankings" mais baixos.

Divulgar a cultura científica, como sublinha o MCES, tornou-se já uma prioridade, sobretudo junto das camadas populacionais mais jovens, opção que não deverá desvalorizar, por outro lado, uma aposta séria igualmente junto dos outros estratos etários.

Como defende Mariano Gago, os projectos e conteúdos de divulgação científica não se podem esgotar no mero fascínio ou na recreação em torno de um



determinado fenómeno, devendo ser orientados no sentido da objectividade e da racionalidade, imbuídos dos espíritos

de rigor e científico, envolvendo sempre a vertente quantitativa e a tradução conceptual dos fenómenos, não

podendo, por isso, em caso algum, como defende este responsável pela política científica e do ensino superior, "dispensar a aferição dos resultados". Ou seja, os projectos de divulgação científica deverão enquadrar rigor e qualidade, o "mesmo que se exige em relação aos projectos de investigação científica".

CIÊNCIA CRIA NOVO CENTRO EM TAVIRA

O ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, inaugurou um novo Centro Ciência Viva na cidade algarvia de Tavira.

Este novo espaço, vocacionado para a divulgação da ciência e da tecnologia, abriu as suas portas no Convento do Carmo, localizado naquele município do Sul do país, e resulta de uma iniciativa conjunta da Agência Ciência Viva e da Câmara Municipal de Tavira, com o apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A Agência Ciência Viva é uma instituição não-governamental que mobiliza cientistas, professores, autarquias e empresas para a causa do desenvol-

vimento da cultura científica e tecnológica dos cidadãos, dando assim seguimento a uma das prioridades do Governo liderado pelo primeiro-ministro, José Sócrates.

A Agência tem vindo a eleger a escola como uma das suas prioridades no que concerne à intervenção, orientando a actuação para o reforço do ensino experimental das ciências e para a mobilização da comunidade científica e das suas instituições para a melhoria da educação científica.

O Centro agora inaugurado em Tavira, constitui o 11º a integrar a rede que a Ciência Viva está a criar por todo o território nacional.

Promotores dos projectos

Quem pode e deve beneficiar destas medidas agora aprovadas no âmbito do Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação?

Desde logo, as instituições do Ensino Superior, Universitário e Politécnico, quer estejam localizadas no Continente, quer nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Mas também poderão granjear apoios os Institutos e Unidades de I&D (Investigação e Desenvolvimento).

Abrangidas serão igualmente as escolas do ensino básico e do ensino secundário, entidades públicas e privadas, organismos que terão que estar vocacionados para actividades de divulgação científica e tecnológica.

ENSINO SUPERIOR OBSERVADO À LUPA



O ensino superior vai passar a ser alvo de avaliações periódicas. O ministro Mariano Gago cumpre assim uma promessa antiga que pretende avaliar a qualidade do sistema português, nomeadamente quanto à empregabilidade e ao seu financiamento.

O Governo rubricou um contrato com diversas organizações internacionais tendo em vista desenvolver uma avaliação do sistema de ensino superior português, apreciação que durante o corrente ano ainda se desenrolará de forma facultativa, mas que passará a obrigatória já em 2006.

Trata-se de um plano que será empreendido em conjunto com uma série de organizações internacionais, com vocação para analisar e estudar este

tipo de problemáticas, e que visa, numa primeira etapa, começar a avaliar o estado do ensino superior em Portugal, em áreas tão significativas como as saídas profissionais ou a sua sustentabilidade financeira.

Anunciado por Mariano Gago, este projecto será globalmente apreciado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que procederá, depois dos levantamentos e dos estudos efectuados pelas

diversas organizações convidadas, à avaliação global do desempenho do sistema do ensino superior português, empreendendo, para o efeito, comparações com o que se passa neste sector noutros países, processo que, como referiu o titular da pasta do Ensino Superior, deverá estar concluído ainda durante o próximo ano de 2006.

Assim, e numa primeira fase, caberá à OCDE a responsabilidade de escolher os grupos de peritos que não-de produzir um relatório preliminar o qual, depois de analisado, será posteriormente objecto de uma discussão conjunta. Concluída esta etapa, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico procederá então à elaboração de um relatório final, documento que permitirá que o país passe a dispor de uma apreciação séria e sustentada do actual estado do sistema e das eventuais deficiências do nosso Ensino Superior. A OCDE fica assim incumbida de avaliar

o desempenho sistémico de todo o ensino superior português, elaborando estudos comparativos com o que se passa ao nível do contexto europeu, aconselhando estratégias de racionalização de modo a otimizar todo o sistema.

Empregabilidade dos licenciados

Esta avaliação visa garantir a qualidade e as práticas de acreditação, tarefa de que está incumbida a Rede Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior (ENQA), em coordenação com o Conselho Nacional para a Avaliação do Ensino Superior.

Todo este processo institucional de avaliação, sublinhe-se, e como recordou o ministro Mariano Gago, será voluntário, isto é, são as instituições que por sua vontade e iniciativa deverão requerer a intervenção dos peritos

internacionais, que para a execução do seu trabalho deverão consultar a opinião de alunos, pessoal não docente e sindicatos.

Neste sentido, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, como salientou Mariano Gago, vai abrir um concurso anual para co-financiar os custos da avaliação institucional dos estabelecimentos do ensino superior que venham a requerer esse financiamento.

Não constituindo nesta primeira fase um acto obrigatório, o ministro mostrou-se contudo convicto de que todas ou quase todas as universidades e institutos politécnicos se mostrarão interessados nesta avaliação, uma vez que, como defendeu, trata-se de integrar, o mais rápido possível, o ensino superior português no nível de qualidade já registado nas congéneres europeias, nomeadamente no que respeita à empregabilidade dos licenciados.

R.S.A.

JORGE LACÃO DEFENDE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NAS ESCOLAS

A inclusão da educação para a cidadania no sistema público de ensino foi defendida pelo secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão.

"Verifico que talvez tenhamos que pôr todos as mãos na consciência quanto ao que temos feito no nosso sistema educativo", afirmou no dia 23 Jorge Lacão durante a sessão de abertura do Seminário "Homens e Mulheres em Portugal", organizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que decorreu na sede desta

instituição, em Lisboa.

Segundo o secretário de Estado, verifica-se "um relativo apagamento da temática da educação para a cidadania", cujo "vazio" afecta "a formação das gerações mais jovens".

"Não podemos assistir de forma indiferente e continuar a admitir que a educação para a cidadania seja apenas do foro particular ou privado. Tem de ser isso, mas mais. Tem de ser uma preocupação pública e portanto do Estado", sublinhou.

Para Jorge Lacão, o Estado deve



"assumir" a proclamação de princípios como o da "dignidade das pessoas, do direito ao desenvolvimento da personalidade e do combate a todas as formas de discriminação", que, frisou, "têm de estar presentes dentro do sistema educativo".

O governante socialista defendeu ainda a necessidade de "pôr na ordem do dia" a promoção da igualdade entre homens e mulheres e o combate à discriminação, "um desafio" que disse ter "dimensões políticas, económicas e socioculturais".

PROCESSOS FISCAIS

SOCIALISTAS QUEREM ALARGAR PRAZO DE CADUCIDADE

No âmbito do combate à evasão fiscal, o PS entregou no dia 23 uma proposta de alteração ao Orçamento do Estado (OE) para 2006 que modifica a Lei Geral Tributária, de forma a permitir ao Fisco continuar a investigar um processo por mais um ano mesmo que do ponto de vista judicial ele tenha terminado.

"O objectivo desta proposta é que a cobrança dos processos de âmbito tributário não finde por força de outros processos paralelos que possam estar a decorrer", afirmou ao "Acção Socialista" o deputado Afonso Candal, salientando que esta iniciativa é "um importante contributo no combate à evasão fiscal". Há hoje situações em que o Fisco deixa de poder investigar um eventual caso de fraude por o processo estar a ser avaliado em tribunal e o segredo de justiça impedir a sua investigação.

Noutras situações, o processo em tribunal é tão moroso que o prazo para o Fisco fazer as suas investigações termina sem que tenha sido possível avançar com as averiguações fiscais necessárias.

A proposta do PS estende por um ano após

o final dos processos paralelos a caducidade do poder de investigação do Fisco sobre um contribuinte.

Entretanto, o PS entregou também no dia 23 outras propostas de alteração, entre as quais a introdução de um novo escalão de imposto para os veículos de baixa cilindrada e menos poluentes.

O objectivo é garantir a neutralidade da carga fiscal após a introdução da nova componente ambiental.

O PS quer também garantir que o aumento das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações para 13 por cento das remunerações dos trabalhadores só vai ser obrigatória para as entidades públicas que já pagavam 10 por centos.

As que antes estavam isentas não vão ser obrigadas a pagar as contribuições de 13 por cento.

As alterações propostas e aprovadas pelos socialistas visam também isentar de imposto de selo os processos de fusão parcial ou total de empresas, bem como as transacções de veículos não poluentes, que funcionem a energia eléctrica ou solar. Os socialistas decidiram também aumentar



em 2,3 por cento as transferências para as freguesias do Orçamento de Estado, no próximo ano, não alterando, contudo, a verba que será transferida para os municípios.

Assim, as freguesias terão um aumento real das verbas disponibilizadas pela administração central, enquanto as autarquias não verão a sua transferência actualizada ao valor da inflação.

Em termos de Pagamento Especial por Conta (PEC), os socialistas querem ainda que as empresas que no ano anterior ao do exercício em curso tenham estado isentas do pagamento de IRS paguem apenas o limite mínimo do PEC (1250 euros).

No conjunto de propostas do PS há também outra que pretende reduzir a responsabilidade solidária dos Técnicos Oficiais de Conta (TOC) nas declarações de impostos.

Esta proposta prevê que estes deixem de ser responsáveis se 30 após o pedido de informações por parte da Administração Fiscal estes não tiverem ainda recibo a informação de que necessitam por parte do seu cliente (contribuinte).

GOVERNO VAI TORNAR SECTOR DA CONSTRUÇÃO MAIS TRANSPARENTE E EFICIENTE

Um ampla reforma da legislação do sector da construção está a ser preparada pelo Governo, anunciou o secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas, que prometeu uma "revolução" para tornar o "mercado mais transparente e mais eficiente".

Paulo Campos, que falava no dia 30 de Novembro no final da apresentação dos resultados da actividade inspectiva do Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI) nos últimos três anos, afirmou que o objectivo é promover a defesa dos consumidores e apostar num mercado mais eficiente, com empresas com mais qualidade e profissionais mais qualificados.

O secretário de Estado disse que a reforma legislativa em curso, "talvez a maior do sector", visa simplificar, desburocratizar, dar transparência



"total" e responsabilizar os agentes, estando a decorrer em diálogo com as diferentes áreas.

Sublinhando que quase toda a legislação do sector, "em muitas matérias, é antiga e desadequada", Paulo Campos disse que a ambição é trabalhar "de forma articulada" e no "médio prazo", construindo uma "base sólida" em diálogo com os diferentes agentes. Mas fez questão de sublinhar que, na altura certa, o Estado assumirá as suas opções sobre a matéria.

Fazendo um ponto da situação das acções em curso, o secretário de Estado disse que está a ser preparada uma nova lei orgânica do IMOPPI, que regula o sector, o regime jurídico da promoção imobiliária, o código da contratação pública, com introdução de processos electrónicos que tornarão o processo mais transparente e

permitindo o acesso de todos os agentes à informação.

A disponibilização de toda a informação relativa às obras públicas "on-line" e a criação de um observatório, medidas que Paulo Campos quer ver concretizadas até ao fim da actual legislatura, permitirão criar um "ranking" que facilitará a identificação de "quem está a fazer menos bem", por exemplo, identificando o nome do projectista cujas obras mais frequentemente apresentam trabalhos a mais.

A ficha técnica da habitação, que será substituída pelo documento predial único, o regulamento geral da construção, a qualificação dos técnicos (de forma a identificar quem responde pela qualidade da obra), o centro de mediação e arbitragem de conflitos no sector são outros diplomas em preparação, disse.

www.ps.pt

Partido
Socialista

PROGRAMA PRIME

GOVERNO DISPONIBILIZA 180 MILHÕES PARA AS EMPRESAS

A perspectiva do Executivo de José Sócrates aponta para que até final de 2005 oito novos concursos no âmbito do Prime sejam abertos com incentivos no valor de 180 milhões de euros, e que daqui resulte um encaixe de cerca de 600 milhões de euros de novos investimentos numa operação que deverá contemplar perto de 1500 empresas.



O Programa de Incentivos à Modernização da Economia (Prime) vai disponibilizar cerca de 180 milhões de euros para o investimento empresarial até ao final do ano. O ministro da Economia afirmou que a legislação que regulamenta as alterações, o teor e os procedimentos do Prime está quase pronta, sublinhando que a expectativa do Governo é a de que os empresários e as empresas, que desejem candidatar-se a este programa, o façam até ao final de 2005.

Com a disponibilização destas verbas de incentivo às empresas, o Executivo socialista espera impulsionar investimentos que poderão rondar os 600 milhões de euros distribuídos por 1500 empresas.

Os projectos de investimento público no âmbito do Prime têm a partir de agora apenas mais um ano para poderem ser aprovados, constituindo estas alterações as últimas que o Governo português poderá executar.

Recorde-se que o primeiro-ministro anunciou em Julho que o Programa de Incentivos à Modernização da Economia vai dispor de 1,5 mil milhões de euros destinados a apoiar o investimento

empresarial, verba que José Sócrates quer consertar com o Plano Tecnológico.

As alterações agora propostas dizem respeito ao tipo de apoios que passarão a ser dados às empresas e à formação profissional, constituindo a principal novidade a nova filosofia de acesso a estas verbas, que passa da regra até aqui vigente, que se baseava num sistema de subsídio contínuo, para um novo modelo que canaliza as verbas de forma intermitente, através do lançamento de concursos por objectivos, prazos fixos e orçamentos.

Com estas modificações, diz o Governo, pretende-se colmatar a dificuldade que os sistemas abertos, em vigor, estavam a criar, nomeadamente pelo facto de este modelo poder vir a criar problemas numa fase terminal do programa, sobretudo ao nível do provável descontrolo sobre a procura. Pelo contrário, as novas regras, e ainda na perspectiva do Executivo, vão permitir que o próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA) não venha a ser prejudicado, constituindo, por outro lado, este novo conjunto de orientações

um mecanismo mais adequado à gestão das verbas disponíveis.

Europa aprova Prime

O Governo está profundamente envolvido na necessidade de repor os principais equilíbrios macro-económicos de forma a alcançar-se a convergência real com os países mais desenvolvidos da União Europeia.

Para que este cenário se torne uma realidade, será necessário, na perspectiva do Executivo, que se

registre um aumento significativo e sustentado da produtividade e da competitividade da economia portuguesa, passando por uma intervenção profunda no domínio das políticas de empresa, destinadas à melhoria das condições em que operam em Portugal.

Neste sentido, o Governo adoptou o Programa para a Produtividade e Crescimento da Economia (PPCE), com o intuito de eliminar os entraves ao crescimento da produtividade através de um novo modelo de desenvolvimento para o país.

Criado no âmbito do PPCE, o Prime integra um conjunto de instrumentos de política económica de médio prazo, a desenvolver até 2006, dirigidos aos sectores da indústria, energia, construção, transportes, turismo, comércio e serviços. O objectivo principal do Prime aponta para a promoção da produtividade e da competitividade das empresas portuguesas, assentando num princípio base que visa premiar o mérito e os resultados dos projectos, privilegiando a criação de valor acrescentado.

R.S.A.

SÓCRATES ANUNCIA REVOLUÇÃO RODOVIÁRIA NA REGIÃO NORTE

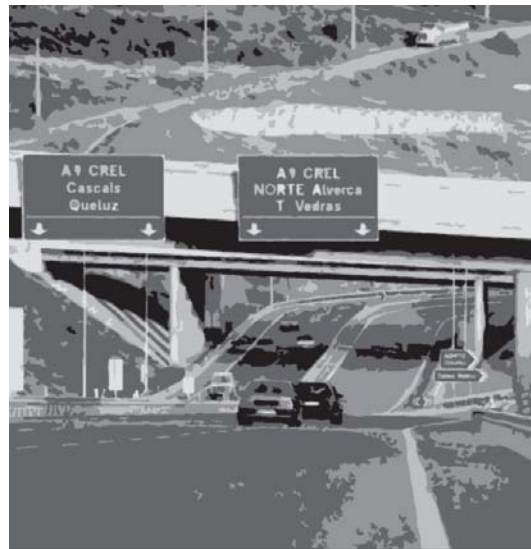
O primeiro-ministro, José Sócrates, anunciou, em Barcelos, que até 2007 serão investidos 1360 milhões de euros em auto-estradas no Norte, que irão provocar "uma verdadeira revolução rodoviária na região".

José Sócrates, que falava no dia 26 durante a cerimónia de inauguração do troço de nove quilómetros de auto-estrada entre Barcelos e Esposende, revelou que ainda este ano serão abertos os troços entre Guimarães e o IP3 e IP4, entre Guimarães e a A4 e entre Cabeceiras de Basto e Vila Pouca de Aguiar.

Ladeado pelo ministro das Obras Públicas e Transportes, Mário Lino, e perante vários autarcas do distrito de Braga, o chefe do Governo salientou que, a juntar à "revolução" nas acessibilidades rodoviárias na região Norte, estão em fase de conclusão ou em curso outras obras estruturantes como as do Metro do Porto, do Aeroporto Sá Carneiro e do Porto de Leixões.

"São investimentos que vão mudar a face da região Norte, dinamizando a sua economia e melhorando a qualidade de vida dos seus habitantes", afirmou Sócrates.

O primeiro-ministro defendeu ainda que as auto-estradas contribuem não só para dinamizar a economia como também para melhorar o conforto e a segurança dos automobilistas e reduzir os índices de sinistralidade.



VERBAS DO ORÇAMENTO GARANTEM AVANÇO DO ALQUEVA E AEROPORTO DE BEJA

Os deputados do PS Marcos Perestrello e Luís Pita Ameixa asseguraram em Beja que o investimento previsto para o distrito no Orçamento de Estado 2006 contempla o avanço dos principais projectos estruturantes, como o aeroporto de Beja e o Alqueva.

Em conferência de Imprensa, os dois deputados socialistas eleitos por Beja garantiram que as verbas para o IP-8 (rodovia Sines/Espanha, por Beja), o aeroporto civil ou o Alqueva estão contempladas no Orçamento de Estado (OE) para 2006.

Em termos do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para o próximo ano, salientaram que há uma "atenção especial para o distrito de Beja".

Segundo Marcos Perestrello e Pita Ameixa, o próximo ano vai marcar o "lançamento da construção do IP-8", via reivindicada há anos na região, que apontam como "estrutural" para a ligação do Litoral Alentejano ao interior, até à fronteira com Espanha.

Também as obras previstas para os troços do IP-2 no distrito (via que liga o Norte ao Algarve, sempre pelo interior do País) mereceram destaque por parte dos deputados do PS, que salientaram ainda o avanço do IC-27, de ligação entre Vila Real de Santo António e Beja, passando por Mértola.

Quanto ao futuro aeroporto de Beja, referiram que é uma "prioridade política e de investimento", sublinhando que o OE para 2006 garante os "recursos necessários e suficientes" para o seu desenvolvimento.

No que respeita ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), disseram que vai "entrar numa nova fase", ligada sobretudo à "retoma da prioridade agrícola", com vista à concretização de mais cerca de 20 mil hectares de perímetros regados, entre 2006 e 2009.

EXECUTIVO AÇORIANO

POUPANÇA DE 13 MILHÕES EM DESPESAS CORRENTES

O presidente do Governo açoriano considerou no dia 24 que a região é "um bom exemplo" ao nível de gestão das finanças públicas, sublinhando que o Executivo superou as previsões ao poupar este ano de cerca de 13 milhões de euros em despesas correntes.

"Conseguiremos este ano uma poupança de cerca de 13 milhões de euros em relação ao valor que tínhamos projectado no Orçamento só em despesas correntes", referiu Carlos César, que falava no debate na Assembleia Legislativa Regional do Plano de Investimentos e Orçamento para 2006, aprovados por maioria.

Segundo disse, o Executivo açoriano ultrapassou, assim, os objectivos de rigor e contenção, "obtendo importantes reduções" nas despesas com pessoal, com

a aquisição de bens e serviços e com encargos com a dívida pública.

"O Governo fez melhor do que o melhor que se tinha comprometido" para este ano, assegurou Carlos César, que anunciou ainda uma cobrança de IRS superior ao orçamentado em dois milhões de euros e de outros oito milhões no caso do IRC.

O presidente do Governo reafirmou a intenção de prosseguir uma política orçamental de manutenção do equilíbrio das finanças públicas, com o objectivo de garantir "horizontes sucessivos de tranquilidade" nesta área.

"Os Açores permanecerão como um exemplo de boa gestão no país", defendeu Carlos César, para quem as ilhas podem contar, no futuro, com uma política financeira que evitará um "descontrolo

igual" ao que se passou nos últimos anos a nível nacional.

Na sua intervenção, o chefe do Executivo açoriano criticou a postura da oposição parlamentar por apenas criticar a política governamental e anunciou ainda uma reestruturação da Administração Regional, "sem quaisquer despedimentos".

No final do debate parlamentar, Carlos César adiantou que, no âmbito dessa reestruturação, vai ser criado o Cartão Único do Cidadão, um único documento que vai incluir todos os elementos de identificação. Os Açores foram seleccionados como a região-piloto para a introdução desta reforma, o que garante às ilhas o estatuto de "região pioneira na aplicação desse novo conceito de relação entre o cidadão e a administração", disse.

HOMENAGEM A VASCO FRANCO

ERRADICAÇÃO DAS BARRACAS EM LISBOA FOI PRIORITÁRIA



O ex-vereador socialista Vasco Franco na Câmara de Lisboa, que elegeu a erradicação das barracas da cidade como a prioridade da sua acção ao longo de 23 anos, foi alvo no passado dia 28 de um jantar de homenagem, no ginásio da escola do Regimento dos Sapadores Bombeiros, em Chelas. Nascido em Lagoa, no Algarve, em 1952, Vasco Franco foi eleito vereador da Câmara de Lisboa pelo PS em 1982, com o camarada Eduardo Pereira como candidato à presidência da autarquia.

No último mandato de Nuno Abecassis, em 1986, subscreveu um acordo político com vista ao início do processo de erradicação das quase 20.000 barracas então existentes na cidade e lançou na altura a recuperação do Bairro Alto e o programa RECRUA.

Já com a coligação de esquerda "Por Lisboa", presidida por Jorge Sampaio e, mais tarde, por João Soares, o vereador socialista é o principal responsável pela implementação do programa camarário de erradicação dos bairros de barracas e o realojamento de milhares de famílias.

Nos outros pelouros que ocupou, como o dos recursos humanos, Vasco Franco recorda ter sido responsável pela redução de 10 por cento do efectivo da Câmara e ter "travado a entrada de pessoas menos qualificadas".

Na segurança, destaca a "transformação muitíssimo profunda" que fez nos Bombeiros e na Polícia Municipal, que "nos anos 80 eram uma sombra daquilo que são hoje" e na Protecção Civil refere a criação do programa "Tinóni e Companhia - Crescer na Segurança", mas foi à acção social que o vereador mais se dedicou.

"A habitação foi a aposta da minha vida política. É o símbolo do meu mandato e a área em que mais investi e em que mais me realizei", afirmou, acrescentando que estava "muito sensibilizado para esta questão" desde a sua adolescência, após ter colaborado numa acção social num bairro de barracas em Coimbra, experiência que o "muito" o marcou.

No balanço do seu mandato, Vasco Franco afirma sentir-se "bem" por saber que influenciou "positivamente a vida de 50 mil pessoas", ao proporcionar um realojamento de quase 10 por cento dos lisboetas de bairros como os da Boavista, Horta Nova, Padre Cruz, Relógio, Musgueira, Alto dos Moinhos, Galinheiras, entre outros.

Foi também na área da habitação que ocorreu o momento que o socialista destaca como o mais marcante do seu mandato: a demolição do Bairro do Chinês, em Chelas, em 2001.

"Foi um momento muito importante. Tinha visitado aquele bairro ainda nos anos 1970 a acompanhar Mário Soares em campanha eleitoral e fiquei muito impressionado com as condições extremamente más, mas com o sentido de vida muito positivo da população", recordou.

Dos momentos mais negativos, Vasco Franco lembra dois incêndios: o do Chiado, em 1988, em cuja recuperação se empenhou, e o do edifício dos Paços do Concelho, em 1996.

O vereador lamenta que ainda hoje "se discuta se os realojamentos foram bem ou mal feitos", sustentando que "não havia alternativa". E sublinha que "alguns processos envolviam risco e exigiam um acompanhamento social permanente que não foi tão evidente nos últimos quatro anos".

Nas últimas eleições autárquicas, Vasco Franco não se recandidatou, e apenas três dias após deixar a Câmara de Lisboa assumiu, pela primeira vez, o cargo de deputado na Assembleia da República.

PS CONTRA CORTE DE SUBSÍDIO A TRABALHO NOCTURNO NA CÂMARA DO PORTO



Os deputados municipais do PS da Câmara do Porto solicitaram ao Executivo de Rui Rio os documentos e suportes legais da suspensão do pagamento do prémio nocturno aos trabalhadores da recolha do lixo, que esteve na origem de uma recente greve de três dias que lançou

o caos ambiental na Cidade Invicta. Em comunicado, os autarcas socialistas referem que pretendem ver "cabalmente esclarecidas" as razões da Câmara do Porto para suspender o subsídio, retirando à Assembleia Municipal o poder de se pronunciar sobre o assunto, quando foi

este órgão que, em 1987, decidiu atribuir o prémio àqueles trabalhadores.

Na opinião dos deputados municipais do PS, o "episódio" da suspensão do pagamento do subsídio "prejudicou a imagem da cidade e traduziu-se numa mediática luta laboral".

SOCIALISTAS QUEREM HOSPITAL DE S. JOÃO CONVERTIDO EM ENTIDADE PÚBLICA

A conversão do Hospital de S. João em entidade pública empresarial (EPE) foi defendida pelos deputados do PS eleitos pelo círculo do Porto, que se comprometeram a exercer a sua "magistratura de influência" nesse sentido.

No final de uma visita de uma delegação de deputados socialistas àquela unidade hospitalar, Renato Sampaio elogiou os planos estratégicos e de desenvolvimento do hospital, apresentados pela administração, e manifestou-se convicto de que será possível conceder-lhe o estatuto de EPE até ao final deste ano.

"Podemos usar para isso a nossa magistratura de influência", referiu.

O S. João do Porto pertence à rede de hospitais do sector público administrativo, estatuto que restringe a sua autonomia de gestão.

Em Julho passado, o ministro da Saúde, Correia de Campos, admitiu mudanças no modelo de gestão de alguns hospitais universitários, incluindo o de S. João, o maior do Norte de Portugal, onde funciona a Faculdade de Medicina do Porto. O deputado Renato Sampaio manifestou a sua preferência pelo modelo EPE, em

detrimento dos hospitais SA (sociedades anónimas), que foram uma iniciativa dos governos PSD/CDS/PP, numa lógica neoliberal e economicista da área da saúde. Referindo que os modelos são similares na flexibilidade de gestão, Renato Sampaio salientou, no entanto, que os hospitais EPE acautelam melhor os direitos do utente e a qualidade do serviço prestado.

"Este modelo não tem uma visão puramente economicista, pois revela preocupação em prestar bons cuidados de saúde aos cidadãos", disse.

ESTREMOZ

NOVO EXECUTIVO FAZ AUDITORIA A ANTERIOR GESTÃO CAMARÁRIA

O novo Executivo socialista da Câmara Municipal de Estremoz, eleito nas autárquicas de Outubro, mandou efectuar uma auditoria financeira aos actos praticados pelo município nos últimos anos, em que foi governado pela CDU. O presidente do município de Estremoz, José Alberto Fateixa, referiu que

decorrem já os trabalhos da auditoria, a cargo da empresa que ganhou o concurso para o efeito, devendo ficar concluídos em Fevereiro de 2006.

José Alberto Fateixa justificou a auditoria com a necessidade de se "saber o estado real do município" e a sua situação financeira em 31 de Outubro deste ano,

através de uma análise que permita ainda apurar as receitas e dívidas a curto, médio e longo prazo da autarquia.

O Executivo socialista, que dispõe de maioria absoluta, pretende ainda saber "o espaço de manobra financeiro para a gestão futura da autarquia" e promete divulgar as conclusões da auditoria.

MÁRIO SOARES – UM PRESIDENTE DETERMINADO



CARLOS ZORRINHO

Muitas são as razões pelas quais apoio a candidatura de Mário Soares à Presidência da República. Há contudo uma razão primordial – acredito que Soares é o homem certo para ajudar Portugal a vencer os desafios difíceis que vai enfrentar nos próximos cinco anos, porque é experiente, é culto, é cosmopolita, é convicto e é determinado. Uma “crença” que

se baseia no percurso de vida dum dos mais ilustres portugueses do nosso tempo e que gostaria de ilustrar com um pequeno episódio da minha vivência pessoal.

Recordo-me como se fosse hoje, da minha primeira intervenção num Congresso Nacional do PS há mais de vinte anos. Era já madrugada alta no Coliseu dos Recreios quando tomei a palavra para com a ingenuidade e o voluntarismo próprio da idade, proclamar que o PS era o único partido com um projecto capaz de mobilizar o Alentejo e os alentejanos para um futuro melhor, e que seria por isso mais cedo ou mais tarde um partido líder na região.

Na altura o PS estava nos distritos alentejanos completamente ensanduichado pela bipolarização entre PCP e PSD e o discurso deve ter soado a utopia para os poucos delegados ainda atentos. Soares ouviu curioso e no final quis saber melhor quem eu era e o que fazia, dizendo-me que o segredo para conseguir o que sonhava para a minha região, mais do que as palavras, era a determinação e perseverança.

JÁ CAIU NO ESQUECIMENTO?



JOAQUIM JORGE VEIGUNHA

Até hoje a redução do défice tem sido feita em grande parte através da contenção da despesa pública. Alguns não têm, porém, cessado de exigir que a política de cortes aumente ainda mais e atinja o que consideram serem os privilégios intocáveis dos funcionários públicos, esses *preguiçosos* que nada fazem e se limitam a viver à custa do Orçamento de Estado, financi-

ciado pelos impostos que recaem sobre a actividade do sector privado.

O que estes esquecem é que outra forma de reduzir o défice é aumentar as receitas fiscais. Quando se fala nisto, saltam todos enraivecidos, acusando os outros de não perceberem nada das sacrossantas leis da macroeconomia de compêndio que preconizam que os impostos devem ser reduzidos em períodos de recessão para evitar que a procura caia. Assistidos por uma esfinge que nada diz e nunca leu um clássico do pensamento económico, os nossos “reformadores” não nos dizem porém que tipo de impostos devem ser reduzidos e *last but not the least* ignoram que a redução maciça das despesas públicas tem um efeito mais negativo sobre a procura do que a redução da carga fiscal, que é ainda uma das mais baixas da União Europeia.

A memória desta gente também é fraca ou então apaga-se para o que é contrário aos seus interesses. Nas últimas semanas de Outubro a imprensa noticiou que tinha sido desencadeada uma investigação a uma série de instituições financeiras, suspeitas de estarem envolvidas num esquema de exportação ilegal de capitais de alguns dos seus clientes mais graúdos. Segundo o jornal *Público* de 21 de Outubro passado, este esquema tinha como objectivo a evasão fiscal e tributária e consistia em dois expedientes ardilosos: contratação de uma empresa de consultadoria situada num paraíso fiscal que prestava serviços fictício creditados na conta da empresa contratante ou a realização de um negócio entre duas empresas

Portugal precisa de um Presidente como Mário Soares. Soares não precisa de ser de novo Presidente para construir uma história de vida impar, mas não hesitou em responder à chamada em nome do interesse nacional. Merece por isso o meu apoio. Merece por isso o nosso apoio.

Foi a perseverança, a determinação e a acção de muitos militantes e simpatizantes que tornou possível ao longo das últimas década transformar o PS dum partido quase residual, na força política motriz do desenvolvimento do Alentejo.

Uma perseverança e uma determinação que bebeu sempre na inspiração de Mário Soares e na sua capacidade para tomar as decisões correctas para o país, mesmo quando essas decisões enfrentaram interesses, lógicas partidárias ou amizades consolidadas. É dessa perseverança e determinação que Portugal precisa, muito mais do que de relambórios tecnocráticos, poéticas redentoras ou narrativas passadistas.

Portugal precisa de um Presidente como Mário Soares. Soares não precisa de ser de novo Presidente para construir uma história de vida impar, mas não hesitou em responder à chamada em nome do interesse nacional. Merece por isso o meu apoio. Merece por isso o nosso apoio.

Assistidos por uma esfinge que nada diz e nunca leu um clássico do pensamento económico, os nossos “reformadores” não nos dizem porém que tipo de impostos devem ser reduzidos e last but not the least ignoram que a redução maciça das despesas públicas tem um efeito mais negativo sobre a procura do que a redução da carga fiscal, que é ainda uma das mais baixas da União Europeia.

propriedade da mesma pessoa ou entidade e depositados numa conta *offshore*. Com isto escaparam à tributação fiscal nada mais nada menos que 2.200 milhões de euros.

Logo que estas notícias vieram a público, saltaram enraivecidas algumas figuras públicas indignadas com o que designaram por violação do segredo de justiça. Para além do presidente da Associação Portuguesa de Bancos, em defesa das suas damas, naturalmente, juntaram-se ao coro de protestos o presidente do Supremo Tribunal de Justiça e alguns magistrados menores. Pena é que não tenham revelado a mesma preocupação relativamente a outros casos no passado recente. Mais grave ainda foi o modo como o segredo de justiça foi violado *por lapso* dos que mais deveriam contribuir para a sua preservação. Tudo aponta para que os digníssimos magistrados encarregados do processo não tenham apresentado num dos bancos investigados os documentos que permitiriam o levantamento do sigilo bancário. Exigidos estes documentos pelos advogados da instituição bancária, foi-lhes enviado pelo magistrado que dirigia a investigação uma fundamentação que solicitava buscas não apenas nesse banco, mas também em mais outros três. Como *homem prevenido vale por dois...* ou por três, não admira que estes bancos fossem avisados a tempo do que se estava a preparar contra os seus estimados clientes. Em suma, mais uma vez, a magistratura portuguesa no esplendor da sua irresponsabilidade...

OPINIÃO

ELEIÇÕES PARA O DEPARTAMENTO NACIONAL DAS MULHERES SOCIALISTA



MARIA MANUELA AUGUSTO

Regresso às páginas do nosso “Acção Socialista” para, decorridos seis meses sobre as eleições para o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, vos dar nota pública da forma como decorreu este processo que, julgo, todos e todas, de alguma forma, acompanharam.

Lembro-vos, no entanto, que estas eleições decorreram nos dias 3 e 4 de Junho e que os resultados apurados pela Comissão Eleitoral, em 19 de Junho, indicavam como vencedora a candidatura da Lista A, pela qual se candidatava a presidente do DNMS, a camarada Sónia Furtuzinhos.

Como foi então tornado público e amplamente divulgado, inclusivamente pelo nosso órgão de comunicação por excelência, o “Acção Socialista”, na sua edição de 29 de Junho, a candidatura da Lista B, pela qual me apresentei como candidata à presidência deste Departamento, manifestou de imediato a sua discordância em relação aos resultados apurados, pelo que apresentei à Comissão Nacional de Jurisdição, um “Recurso de Impugnação às Deliberações da Comissão Eleitoral”.

Como sempre afirmámos (e como o comprovam os sucessivos protestos que fiz e que fizemos à Comissão Eleitoral, que deles fez “tábua-rasa”), o resultado que tinha sido apurado naquela data fundamentava-se, a nosso ver, em deliberações irregulares, sendo disso exemplo: a anulação dos resultados da votação da Secção da Nazaré (onde a Lista B tinha vencido por larga maioria) e a validação de resultados da Região Autónoma da Madeira, com base em actas assinadas por um ou dois membros da mesa eleitoral, sendo que a mesma pessoa assinou várias, em diferentes secções. Sucede que o próprio modelo de acta salientava a obrigatoriedade de nele constarem as três assinaturas regimentais.

Como sempre afirmámos, a apresentação do Recurso de Impugnação foi para nós uma questão de princípio e de princípios, pois pretendíamos que a verdade eleitoral fosse reposta, ou seja, que a candidatura da Lista B fosse reconhecida como vencedora nas eleições para a Presidência e para o Conselho Consultivo do DNMS.

Como sempre afirmámos, nós respeitamos e confiamos nos órgãos estatutariamente eleitos do Partido Socialista. Assim sendo, aguardámos com tranqüilidade, mas com determinação, que a Comissão Nacional de Jurisdição se pronunciasse, enquanto órgão competente para analisar as irregularidades do processo eleitoral. Para nós seria impensável que o Partido Socialista, um partido que se pauta por princípios e valores democráticos, que promove a igualdade, que defende os direitos humanos, ignorasse o “atropelo” que foi feito à democracia interna, como ficou agora provado.

De facto, o Acórdão aprovado por unanimidade pela CNJ, no passado dia 25 de Novembro, reconhece como vencedora a candidatura da Lista B, tanto em relação à Presidência como ao Conselho Consultivo do DNMS. Suportado num extenso e meticuloso relatório, perfeitamente explícito, o Acórdão da CNJ ordena à Comissão Técnica Eleitoral que proceda à correção dos resultados das eleições para os órgãos nacionais do DNMS.

Hoje, na qualidade de presidente eleita, quero aqui congratular-me com a vitória da verdade e dizer-vos claramente que o que me moveu, o que nos moveu a apresentar a nossa candidatura foi e será a concretização de um projecto, de um programa, de uma vontade. *Vontade de fazer mais, de fazer melhor, de fazer diferente pela própria razão de ser do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas.*

O trabalho que temos pela frente representa uma longa caminhada pelos Direitos das Mulheres, direitos que hoje têm que ser assumidos como Direitos Humanos, como índice de desenvolvimento de qualquer país. Assume-se como uma tarefa árdua e ciclópica, mas também imparável e incontornável. Temos plena consciência de que precisamos de *mais informação, mais formação e mais educação*, para que as questões de *Igualdade de Género* e da tão necessária *Conciliação* se transformem num projecto de todas e de todos, de homens e de mulheres.

Por isso, queremos descentralizar, criar elos de ligação, formar uma rede com os vários Departamentos Federativos, com os responsáveis dos diversos níveis de decisão. Só este envolvimento consciente, numa acção com mais energia, mais inovação, mas também mais afectividade, contribuirá para que a democracia se consolide, seja mais inclusiva e plena.

Conto convosco, podem contar comigo!

Um grande abraço amigo e socialista.

PENSÕES MÍNIMAS AUMENTADAS A PARTIR DE DEZEMBRO

As pensões mínimas do regime geral foram aumentadas entre os 3 aos 10,6 por cento, dependendo dos anos de carreira contributiva dos pensionistas.

Por determinação do Governo socialista, o aumento mínimo das pensões do regime geral passa a ser idêntico ao definido pelo Executivo para o salário mínimo nacional e superior ao registado para a inflação, que será de 2,3 por cento para o próximo ano, segundo o previsto no Orçamento de Estado para 2006.

Assim, as pensões mínimas do regime geral aumentam 3 por cento, medida que vai abranger 470 mil pensionistas que têm até 14 anos de carreira contributiva, e cujo valor se situará nos 223,24 euros já a partir deste mês de Dezembro.

Por sua vez, a pensão social, ou seja, o regime não contributivo, e que presentemente abrange 118 mil pensionistas, sofre um aumento de 4,6 por cento, passando para 187,62 euros, e isto para aqueles pensionistas com menos de 70 anos de idade, e para 203,50 euros para todos aqueles que tenham mais do que 70 anos.

Finalmente, as pensões dos trabalhadores ligados ao sector primário, que abrangem um universo de cerca de 337 mil pensionistas, terão aumentos na casa dos 3,4 por cento, passando esses trabalhadores a auferir mensalmente 206,07 euros.

Restam as pensões cujos valores se situam acima dos mínimos, que vão sofrer um acréscimo na ordem dos 2,3 por cento.

DEBATE MENSAL COM PRIMEIRO-MINISTRO MARCADO PARA DIA 20

A Assembleia da República agendou para 20 de Dezembro o debate mensal com o primeiro-ministro, José Sócrates, e para 14 do corrente mês um debate sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

O debate sobre o PEC decorrerá na véspera da entrega em Bruxelas, pelo Governo, da revisão do programa para o período 2005-2007, disse a portavoz da conferência de líderes, a deputada do PS Celeste Correia.

O agendamento potestativo do PSD, ainda sem tema, que estava marcado para 14 de Dezembro, ficou marcado para dia 15 e o debate de urgência sobre o desenvolvimento do sector energético passou para dia 21, adiantou Celeste Correia.

A deputada socialista referiu ainda que a conferência de líderes agendou para 16 de Dezembro uma sessão de perguntas sectoriais ao ministro da Saúde, Correia de Campos.

VERA JARDIM ELEITO VICE-PRESIDENTE DA UEO

O deputado socialista e ex-ministro da Justiça José Vera Jardim foi no dia 5 eleito, em Paris, vice-presidente da Assembleia da União da Europa Ocidental (UEO).

Vera Jardim é o presidente da delegação parlamentar na UEO, organização europeia de defesa e segurança, fundada em 1948, pelo Tratado de Bruxelas. Segundo o deputado do PS, a Assembleia da União da Europa Ocidental (UEO) é "insubstituível" no controlo da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), apesar de estar "um pouco desvalorizada".

Vera Jardim lembrou que, visto que o Tratado Constitucional Europeu não entrou em vigor, a assembleia da UEO mantém a sua "existência jurídica".

"Este é o único fórum parlamentar europeu de acompanhamento das questões militares e de defesa europeias", afirmou.

A Assembleia da UEO foi criada em 1954 através do Tratado de Bruxelas modificado e é uma assembleia interparlamentar europeia para os assuntos de segurança e defesa onde estão representados os parlamentos dos diferentes países.

Além de Portugal, que aderiu em 1990, são Estados-membros da UEO a Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo e Reino Unido.

SÓCRATES EM BARCELONA

É FUNDAMENTAL INCUTIR CONFIANÇA À ECONOMIA EUROPEIA



A manutenção da política de coesão da União Europeia (UE) que "mais resultados" teve no passado foi defendida pelo primeiro-ministro português, que manifestou esperança de que a proposta britânica para o orçamento comunitário "esteja de acordo com as expectativas portuguesas".

Em conferência de Imprensa no final da Cimeira Euro-Mediterrânica, em Barcelona, José Sócrates considerou que a presidência britânica da União Europeia deve apresentar uma proposta para as perspectivas financeiras 2007/2013 que "contemple todas as aspirações".

E sustentou, também, que "não podem ser postas em causa as verbas atribuídas para a coesão dos países".

Segundo sublinhou, "a política de coesão é central na Europa, porque é a política do passado que teve mais resultados e que merece ter continuação no futuro".

Neste sentido, o primeiro-ministro

acrescentou que "a posição portuguesa mantém-se", ou seja, "haver um compromisso que deve ter por base as ideias já contidas na proposta luxemburguesa". Sócrates defendeu ainda que "é necessário um acordo até final do ano", que considerou "fundamental para dar confiança à economia europeia".

Sobre a Cimeira Euro-Mediterrânica, o primeiro-ministro congratulou-se com os resultados: "Dão um novo impulso ao processo de Barcelona, que está no centro de todas as questões mundiais e não apenas regionais".

José Sócrates afirmou que a prioridade ao Sul do Mediterrâneo deve ter expressão no orçamento comunitário e realçou a importância, para Portugal, do diálogo entre as duas margens mediterrânicas. "O Magrebe é o nosso vizinho mais próximo, com o qual temos laços muito fortes", disse, sublinhando que "os interesses portugueses foram assegurados". A Cimeira terminou, em Barcelona, com

uma declaração da presidência britânica que substituiu a tradicional declaração final. O texto "condena todas as formas de terrorismo cometidas em qualquer lugar" e "rejeita todas as tentativas para associar qualquer religião ou cultura ao terrorismo". O documento estabelece ainda uma base comum, assente no reforço da cooperação internacional, para combater esta actividade, assim como o seu financiamento.

Os 25 Estados da UE e os dez parceiros do Sul do Mediterrâneo aprovaram ainda um plano de acção para os próximos cinco anos para melhorar as condições de vida das populações meridionais, reduzindo o fosso que as separa do Norte. Uma aposta na educação com metas concretas, entre as quais a redução a metade do analfabetismo até 2010, e a promoção da imigração legal foram as questões mais em destaque no plano para cinco anos aprovado na capital catalã.

Accção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Jorge Seguro Sanches DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt | PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval | REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 | DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa